


QUADRO RESUMO DO CERTAME

 PREFEITURA DE VILA VELHA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026
• OBJETO
Contratação de empresa para prestação de serviços de diagnósticos em anatomia patológica e citopatologia, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Vila Velha.
• PROCESSO Nº
116.050/2025
• CÓDIGO CIDADES
2025.076E0500001.01.0063
• CONTRATANTE/GESTORA DA ATA
Fundo Municipal da saúde – SEMSA
• VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
R\$ 335.096,76 (trezentos e trinta e cinco mil, noventa e seis reais e setenta e seis centavos.)
• DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA (horário de Brasília)
Início do acolhimento de Proposta: dia 04/02/2026 às 08h00min Fim do acolhimento de Proposta e Início da Sessão de Disputa: dia 24/02/2026 às 10h00min
• DATA LIMITE PARA IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS
19/02/2026
• CRITÉRIO DE JULGAMENTO
MENOR PREÇO
• MODO DE DISPUTA
Aberto e Fechado
• ENDEREÇO ELETRÔNICO DA REALIZAÇÃO DO CERTAME (DISPUTA)
Compras.gov do Governo Federal: https://www.gov.br/compras/pt-br Código da UASG nº 985703 - Prefeitura Municipal de Vila Velha/ES Pregão Eletrônico nº 900XX/2025
• ENDEREÇOS ELETRÔNICOS DE ACOMPANHAMENTO DO CERTAME
Portal de Transparência: https://transparencia.vilavelha.es.gov.br/Licitacao.Lista.aspx?MunicipioID=1&exercicio=2025 Portal Nacional de Contratações Públicas: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
• PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
Ampla concorrência



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026

O **MUNICÍPIO DE VILA VELHA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Santa Leopoldina, n.º 840, Coqueiral de Itaparica, Vila Velha/ES, neste ato representado pela **Secretaria Municipal de Saúde-SEMSA**, torna público que se acha aberta a presente licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, modo de disputa aberto e fechado e critério de julgamento do tipo MENOR PREÇO POR GRUPO, através da Plataforma Compras.gov do Governo Federal, link <https://www.gov.br/compras/pt-br>, conforme **Processo Administrativo nº 116.050/2025**. O procedimento licitatório será realizado pela Agente de Contratação/Pregoeira **Julia Prandini Caetano** e equipe de apoio da Diretoria de Compras Governamentais da Secretaria Municipal de Administração - SEMAD, devidamente designados através da Portaria 213/2024, e regido pela Lei Federal n.º 14.133/2021, Decreto Municipal n.º 307/2023 (Regulamento da Lei nº 14.133/2021), Decreto Municipal n.º 17/2024 (Regulamenta a Composição das Funções das Compras Governamentais), Portaria Conjunta n.º 002/2024 (Portaria de Padronização do Edital), aplicando-se, subsidiariamente, a Lei n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Complementar n.º 123/2006 (Lei Geral das EI, ME e EPP), Lei Municipal n.º 5.099/2011, Lei Municipal n.º 4.817/2009 (Lei Geral do Município EI, ME e EPP), Lei Municipal n.º 6.050/2018 (Programa de Integridade - *Compliance*), Decreto Municipal n.º 360/2023 (Sanções Administrativas), regido pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de empresa para prestação de serviços de diagnósticos em anatomia patológica e citopatologia, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Vila Velha, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 01 um item, conforme tabela constante no Termo de Referência.

1.2.1. Vale destacar que, a descrição do item no sistema SIASG/COMPRAS.GOV serve apenas à título de cadastro do certame, portanto, a proposta deverá considerar a descrição/especificação do item, conforme disposto no Edital e seus Anexos.

Início acolhimento de proposta:	Dia 04/02/2026 - às - 08h:00 min
Fim do acolhimento de Proposta e Início da Sessão de Disputa	Dia 24/02/2026 - às - 10h:00 min

1.3. Serão observadas as seguintes datas e horários para os procedimentos (horário de Brasília):

1.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública e serão utilizados recursos de tecnologia da informação, por meio de comunicação eletrônica via *INTERNET*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

2.1.1. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Sistema Compras.gov do Governo Federal (www.gov.br/compras).

Pregão Eletrônico nº: 009/2026 - Lei n.º 14.133/21.

Agente de Contratação – Pregoeiro Municipal: Julia Prandini

E-mail: julia.caetano@vilavelha.es.gov.br

Av. Santa Leopoldina, 840, Itaparica – Vila Velha / ES – CEP. 29.102-915 – Tel. (27) 3149-7316



**PREFEITURA DE
VILA VELHA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

2.1.2. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação de chave de identificação e senha pessoal e intransferível do representante credenciado pelo Provedor do Sistema de Compras.gov do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.3. A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.2. Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividades relacionadas ao objeto que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistemas relacionado no item 2.1.1 e mantê-los atualizados junto provedor, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta pela Prefeitura Municipal de Vila Velha/ES, ou que tenha sido declarado inidôneo por qualquer ente da Administração Pública;

2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores

Pregão Eletrônico nº: 009/2026 - Lei n.º 14.133/21.

Agente de Contratação – Pregoeiro Municipal: Julia Prandini

E-mail: julia.caetano@vilavelha.es.gov.br

Av. Santa Leopoldina, 840, Itaparica – Vila Velha / ES – CEP. 29.102-915 – Tel. (27) 3149-7316



**PREFEITURA DE
VILA VELHA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133/2021.

2.6.11. O impedimento de que trata o item 2.6.10, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.6.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.13 e 2.7 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.6.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.7. O disposto nos itens 2.6.12 e 2.6.13 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.9. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.10. Será admitida a participação de empresas em consórcio, nos termos do artigo 15 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

2.10.1. O compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, deverá ser apresentado na habilitação e incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a)** Designação do consórcio e sua composição;
- b)** Finalidade do consórcio;
- c)** Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d)** Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

Pregão Eletrônico nº: 009/2026 - Lei n.º 14.133/21.

Agente de Contratação – Pregoeiro Municipal: Julia Prandini

E-mail: julia.caetano@vilavelha.es.gov.br

Av. Santa Leopoldina, 840, Itaparica – Vila Velha / ES – CEP. 29.102-915 – Tel. (27) 3149-7316



**PREFEITURA DE
VILA VELHA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas, inclusive a proporção econômica e financeira da respectiva participação de cada consorciado em relação ao objeto licitado;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência deste Órgão até o cumprimento do objeto da contratação, mediante a emissão do termo de recebimento definitivo, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste item 2.6.1

2.10.2. É vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, em mais de um consórcio ou isoladamente, nos termos do artigo 15, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

2.10.3. O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

2.10.4. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista previstas neste Edital.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, como requisito para participação no Pregão, a licitante declarará, em campo próprio do sistema eletrônico, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei nº. 14.133/2021, o cumprimento dos requisitos de habilitação e a conformidade de sua proposta às exigências deste Edital.

3.3.1. A declaração falsa sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital conforme Decreto n.º 360/2023, bem como na Lei nº 14.133/2021.

3.3.2. O envio das declarações por meio do sistema obriga a proponente a todos os efeitos legais, uma vez que a senha e a chave eletrônica são de uso exclusivo.

3.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

3.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.7. Para a elaboração da proposta comercial a licitante deverá considerar os preços estabelecidos como máximos no Edital, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária.

3.8. Da proposta comercial no **Sistema Compras.gov do Governo Federal**:

3.8.1. A proposta comercial prevista no Edital deverá ser encaminhada em formulário eletrônico específico, mediante a opção “*Acesso ao Sistema*”, na página inicial do site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, conforme datas e horários limites estabelecidos no subitem 1.3 deste Edital.

3.8.2. Será desclassificada a proposta que, após a sessão de disputa, possuir valor unitário e/ou global superior aos estabelecido com máximos no **Anexo II** deste **Edital**.

3.8.3. A proposta e os lances formulados pelo licitante, através do sistema eletrônico deverá indicar o **PREÇO DO ITEM**, expresso em Real (R\$) com no máximo 2 (duas) casas decimais após a vírgula.

3.9. No caso de propostas com valores iguais, não ocorrendo lances, e após observadas todas as exigências estabelecidas para o tratamento diferenciado das ME ou EPP's, para efeito de classificação, prevalecerá aquela que for recebida e registrada em primeiro lugar.

3.9. No caso da licitante figurar como arrematante de dois lotes/itens simultaneamente de mesmo objeto, sendo um exclusivo e outro não exclusivo para ME-EPP, **o valor a ser considerado para contratação será o menor valor ofertado para o item**.

3.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O **arrematante** deverá apresentar proposta escrita, redigida em idioma nacional, impressa em papel timbrado da licitante por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste Edital, assinada a última folha e rubricada as demais pelo seu titular ou representante legal da licitante, devidamente identificado:

4.1.1. O proponente deverá utilizar as informações constantes do modelo de proposta apresentado como **ANEXO II** a este Edital, sob pena de desclassificação.

4.1.2. Descrição do objeto, contendo as especificações do produto ofertado, em conformidade com as informações do Termo de Referência;

4.1.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

Pregão Eletrônico nº: 009/2026 - Lei n.º 14.133/21.

Agente de Contratação – Pregoeiro Municipal: Julia Prandini

E-mail: julia.caetano@vilavelha.es.gov.br

Av. Santa Leopoldina, 840, Itaparica – Vila Velha / ES – CEP. 29.102-915 – Tel. (27) 3149-7316



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

4.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

Pregão Eletrônico nº: 009/2026 - Lei n.º 14.133/21.

Agente de Contratação – Pregoeiro Municipal: Julia Prandini

E-mail: julia.caetano@vilavelha.es.gov.br

Av. Santa Leopoldina, 840, Itaparica – Vila Velha / ES – CEP. 29.102-915 – Tel. (27) 3149-7316



**PREFEITURA DE
VILA VELHA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir, ou solicitar ao agente de contratação a exclusão seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado: aberto e fechado.

5.11. No modo de disputa "*aberto e fechado*", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos (fase aberta), com lance final e fechado (fase fechada).

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

Pregão Eletrônico nº: 009/2026 - Lei n.º 14.133/21.

Agente de Contratação – Pregoeiro Municipal: Julia Prandini

E-mail: julia.caetano@vilavelha.es.gov.br

Av. Santa Leopoldina, 840, Itaparica – Vila Velha / ES – CEP. 29.102-915 – Tel. (27) 3149-7316



**PREFEITURA DE
VILA VELHA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

5.16.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

5.17.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.17.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.17.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.17.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.17.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.17.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.17.2.2. Empresas brasileiras;

5.17.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.17.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

Pregão Eletrônico nº: 009/2026 - Lei n.º 14.133/21.

Agente de Contratação – Pregoeiro Municipal: Julia Prandini

E-mail: julia.caetano@vilavelha.es.gov.br

Av. Santa Leopoldina, 840, Itaparica – Vila Velha / ES – CEP. 29.102-915 – Tel. (27) 3149-7316



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

5.18.1.A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.18.2.A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.18.3.O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.18.4.O pregoeiro convocará ao licitante mais bem classificado que envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhado dos documentos de habilitação, conforme disposto no ANEXO IV deste Edital, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, até as 18 horas do dia útil subsequente à convocação.

5.19.É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.20.Após a recebimento da Proposta Comercial adequada, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, como condição prévia ao exame dos documentos de habilitação, o **pregoeiro verificará** se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- c) Certidão Negativa de Licitante Inidôneo, expedida pelo Tribunal de Contas da União;
- d) Cadastro de Fornecedores do Espírito Fornecedor do Estado Santo – CRC/ES;
- e) Cadastro de Fornecedores do Município de Vila Velha/ES – COPARC.

6.2. Para o julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO por GRUPO**, conforme condições definidas neste Edital e seus Anexos.

6.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

6.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

6.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.5. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 3.3, 3.3.1 e 3.3.2 deste edital.

6.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos (artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73/2022).

6.8. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes

6.9. Será desclassificada a proposta que:

- a) Não atender as disposições contidas no presente Ato Convocatório e seus Anexos;
- b) Apresentar vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes;
- c) Apresentar irregularidade, omissão ou defeito que dificulte o seu julgamento;
- d) Contiver vícios insanáveis;
- e) Apresentar preços manifestamente inexequíveis nos termos da lei, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua exequibilidade através de documentação complementar, quando exigido pela Administração;
- f) Que possua valor unitário e/ou global superior aos estabelecidos como máximos no **ANEXO II** deste Edital, mesmo após a negociação.

6.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

Pregão Eletrônico nº: 009/2026 - Lei n.º 14.133/21.

Agente de Contratação – Pregoeiro Municipal: Julia Prandini

E-mail: julia.caetano@vilavelha.es.gov.br

Av. Santa Leopoldina, 840, Itaparica – Vila Velha / ES – CEP. 29.102-915 – Tel. (27) 3149-7316



**PREFEITURA DE
VILA VELHA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

6.10.1. A inexequibilidade só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a)** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b)** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- c)** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
 - I.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
 - II.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.10.2. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.10.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o arrematante será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

Pregão Eletrônico nº: 009/2026 - Lei n.º 14.133/21.

Agente de Contratação – Pregoeiro Municipal: Julia Prandini

E-mail: julia.caetano@vilavelha.es.gov.br

Av. Santa Leopoldina, 840, Itaparica – Vila Velha / ES – CEP. 29.102-915 – Tel. (27) 3149-7316



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

6.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.14. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.- VIDE TERMO DE REFERÊNCIA

6.14.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado [INDICAR FORMA DE AGENDAMENTO], de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

6.14.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, e arts. 73 a 79 do Decreto Municipal nº 307/2023, conforme disposto no **ANEXO IV**.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, **poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e/ou COPARC**, desde que os dados estejam atualizados e os documentos disponíveis para consulta.

7.1.2. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.1.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.1.4. Em caso pendência/ocorrência no SICAF, deverá o licitante encaminhar a documentação atualizada, juntamente com os documentos de habilitação, no prazo de 1 (uma) hora, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente da Contratação/Pregoeiro.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, **Certificação Digital** ou por servidor da Diretoria de Compras Governamentais, devidamente identificado por nome e matrícula, à vista dos originais ou por cópia simples quando a confirmação do seu teor puder ser feita pela Administração junto aos órgãos públicos emitentes, via “Internet”, ou publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos “protocolos” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou **TERMO DECLARATÓRIO**, nos moldes do **ANEXO III** do Edital, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.7.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.8. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.9. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados **por meio do sistema**, em formato digital, **até as 18 horas do dia útil subsequente**, a contar da convocação do pregoeiro.

7.9.1. A exigência dos documentos habilitatórios somente será feita em relação ao arrematante.

7.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

Pregão Eletrônico nº: 009/2026 - Lei n.º 14.133/21.

Agente de Contratação – Pregoeiro Municipal: Julia Prandini

E-mail: julia.caetano@vilavelha.es.gov.br

Av. Santa Leopoldina, 840, Itaparica – Vila Velha / ES – CEP. 29.102-915 – Tel. (27) 3149-7316



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

7.11. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.9.

7.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.14. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.14.1. De acordo com a Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas ou empresas de pequeno porte, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021, devendo a manifestação de intenção recursal ser registrada **por meio do sistema**, em formato digital, **no prazo de 60 minutos**, a contar da convocação do pregoeiro.

8.1.1. O pregoeiro comunicará previamente, via sistema, a data e horário para abertura do prazo de manifestação de intenção recursal.

8.1.2. Encerrado prazo de manifestação de intenção recursal, as licitantes serão consultadas quanto à intenção de registro como fornecedor ou prestador de serviço reserva na Ata de Registro de Preços, desde que aceitem fornecer o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação da Sessão de Disputa, nos termos do art. 82, inciso VII da Lei n.º 14.133/21, a ser realizada no prazo de 60 minutos, a contar da convocação do pregoeiro;

8.1.2.1. Caso haja manifestação de intenção recursal, a convocação acima será realizada após o julgamento das razões recursais.

8.2. A falta de manifestação imediata e/ou motivação recursal da licitante importará a decadência do direito de recurso.

8.3. Feita a manifestação motivada da intenção de recurso será concedido o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentação das razões do recurso.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



**PREFEITURA DE
VILA VELHA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

8.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, que deverão solicitá-los através do e-mail julia.caetano@vilavelha.es.gov.br, ou formalizar o pedido via processo administrativo junto ao Setor de Protocolo Geral, à Av. Santa Leopoldina, 840, Itaparica, Vila Velha/ES, CEP. 29.102-915, ou via Protocolo Eletrônico no site da PMVV, no endereço <https://processos.vilavelha.es.gov.br/portal/login.aspx>.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa no âmbito da realização do certame, nos termos do Decreto Municipal n.º 360/2023, o licitante que, com dolo ou culpa:

I. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

II. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

III. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

IV. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

V. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

VI. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VII. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

VIII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

Pregão Eletrônico nº: 009/2026 - Lei n.º 14.133/21.

Agente de Contratação – Pregoeiro Municipal: Julia Prandini

E-mail: julia.caetano@vilavelha.es.gov.br

Av. Santa Leopoldina, 840, Itaparica – Vila Velha / ES – CEP. 29.102-915 – Tel. (27) 3149-7316



**PREFEITURA DE
VILA VELHA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

9.1.1. Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso I do item 9.1, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

- I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;
- II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;
- IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente ou Comissão de Contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

9.1.2. Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso II do item 9.1, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

- I - deixar de atender a convocações da Comissão de Contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;
- II - deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pela Comissão de Contratação;
- III - abandonar o certame;
- IV - solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

9.1.3. Considera-se a conduta do inciso V do item 9.1 como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos da Prefeitura de Vila Velha, com exceção da conduta disposta no inciso IV do referido item.

9.1.4. Considera-se a conduta do inciso VI do item 9.1 como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação ou da execução contratual.

9.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 9.1 as seguintes sanções:

- I - multa;
- II - impedimento de licitar e contratar;
- III - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.2.1. A sanção de multa será calculada no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do(s) lote(s) que o licitante tenha concorrido, a ser fixado de acordo com a natureza e a gravidade da infração cometida e os danos que dela provierem para a Administração Pública.

Pregão Eletrônico nº: 009/2026 - Lei n.º 14.133/21.

Agente de Contratação – Pregoeiro Municipal: Julia Prandini

E-mail: julia.caetano@vilavelha.es.gov.br

Av. Santa Leopoldina, 840, Itaparica – Vila Velha / ES – CEP. 29.102-915 – Tel. (27) 3149-7316



**PREFEITURA DE
VILA VELHA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

9.2.2. A multa poderá ser aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 9.1, isoladamente ou cumulativamente às demais penas previstas no item 9.2.

9.2.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente, ou poderá ser descontada de eventuais créditos da infratora junto à Administração, ainda que oriundos de outros contratos.

9.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de Vila Velha será aplicada nas hipóteses previstas nos incisos II a VII do art. 5º, e terá como pena base os seguintes prazos de duração:

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: 30 (trinta) dias;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: 45 (quarenta e cinco) dias;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: 120 (cento e vinte) dias.

9.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada nas hipóteses previstas nos incisos VIII a XII do art. 5º, e terá como pena base os seguintes prazos de duração:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: 36 (trinta e seis) meses;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: 48 (quarenta e oito) meses;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: 48 (quarenta e oito) meses;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: 48 (quarenta e oito) meses;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: 48 (quarenta e oito) meses.

9.5. A autoridade máxima, quando do julgamento, se concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa, dará conhecimento ao Ministério Público, para atuação no âmbito da respectiva competência.

9.6. Além das penalidades acima, os licitantes ficarão sujeitos ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do Município de Vila Velha/ES e, no que couber, às demais penalidades referidas na Lei n.º 14.133/2021.

9.7. Não será apurada a conduta pertinente à desclassificação ocorrida antes da fase de lances, salvo se houver indícios de má-fé.

9.8. Quando a ação ou omissão do licitante ou do adjudicatário ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos, prevalecerá aquele que comina a sanção mais gravosa.

Pregão Eletrônico nº: 009/2026 - Lei n.º 14.133/21.

Agente de Contratação – Pregoeiro Municipal: Julia Prandini

E-mail: julia.caetano@vilavelha.es.gov.br

Av. Santa Leopoldina, 840, Itaparica – Vila Velha / ES – CEP. 29.102-915 – Tel. (27) 3149-7316



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

9.9. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste edital será realizada mediante instauração de procedimento administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa.

9.10. Detectada prática de conduta que, em tese, configure infração administrativa, a Comissão de Contratação informará a Autoridade Competente para que inicie procedimento de apuração em processo apartado, indicando os fatos que ensejam a apuração, o enquadramento dos fatos às normas pertinentes à infração e a identificação do licitante.

9.11. As demais sanções referentes à execução contratual serão aquelas previstas na Minuta da Ata de Registro de Preços – ANEXO VII e na Minuta de Contrato – **ANEXO VIII** deste Edital, assim como no Decreto Municipal n.º 360/2023.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado nos sítios eletrônicos oficiais, no prazo limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: através do e-mail julia.caetano@vilavelha.es.gov.br **ou** formalizar o pedido via processo administrativo junto ao Setor de Protocolo Geral, à Av. Santa Leopoldina, 840, Itaparica, Vila Velha/ES, CEP. 29.102-915, **ou** via Protocolo Eletrônico no site da PMVV, no endereço <https://processos.vilavelha.es.gov.br/portal/login.aspx>.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E DA INTEGRIDADE DOS CONTRATANTES

11.1. Na execução do Contrato, assim como em suas relações com o MUNICÍPIO DE VILA VELHA/ES, a contratada se obriga a observar e dar cumprimento à legislação aplicável à proteção de dados pessoais (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais Lei nº 13.709/2018 e Decreto Municipal nº 146/2022), devendo abster-se da prática de atos que possam infringir tais regras.

11.2. REQUISITOS DE SEGURANÇA

11.2.1. Deverá ser celebrado TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES entre a CONTRATADA e o MUNICÍPIO DE VILA VELHA/ES para garantir a segurança das informações a que possa ter acesso em decorrência da contratação, conforme modelo definido no ANEXO XI.



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

11.2.2. Além do termo citado, a CONTRATADA deverá apresentar para cada funcionário que vier a executar atividades referentes ao objetivo da contratação, TERMO DE CIÊNCIA, em que seus profissionais declaram estar cientes das responsabilidades pela manutenção de sigilo e confidencialidade.

11.3. DA INTEGRIDADE DOS CONTRATANTES

11.3.1. A PMVV, por intermédio do Decreto Municipal nº 156, de 07/06/2022, instituiu a Política Antifraude e Anticorrupção, que traz um conjunto de conceitos, princípios, responsabilidades, vedações e regras destinadas a prevenir a ocorrência de fraudes e atos de corrupção, nas atividades conduzidas diretamente, por meio de concessão ou de parceria público-privada.

11.3.2. As empresas participantes de licitações deverão tomar conhecimento da Política de Integridade, Antifraude e Anticorrupção da PMVV, que poderá ser acessada em seu Portal de Transparência oficial por meio do endereço <https://transparencia.vilavelha.es.gov.br/transparenciaweb/CombateCorrupcao.aspx>.

11.3.3. Consta no ANEXO X deste Edital o **TERMO DE ADESÃO VOLUNTÁRIA À POLÍTICA ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO DA PMVV**. Esse Termo contribui para materializar o compromisso das partes para o cumprimento do exposto na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

Pregão Eletrônico nº: 009/2026 - Lei n.º 14.133/21.

Agente de Contratação – Pregoeiro Municipal: Julia Prandini

E-mail: julia.caetano@vilavelha.es.gov.br

Av. Santa Leopoldina, 840, Itaparica – Vila Velha / ES – CEP. 29.102-915 – Tel. (27) 3149-7316



**PREFEITURA DE
VILA VELHA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br> – plataforma de realização do certame e Portal de Transparência.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I Termo de Referência (em apartado)

ANEXO II Modelo de Proposta Comercial

ANEXO III Termo Declaratório

ANEXO IV Documentação para Habilitação

ANEXO V Memorial de Cálculo dos Indicadores Econômicos

ANEXO VI Termo Declaratório de Estabilidade Econômico-Financeira

ANEXO VII Minuta de Contrato

ANEXO VIII Modelo de Carta de Fiança para Garantia de execução Contratual

ANEXO IX Termo de Adesão Voluntária à Política Antifraude e Anticorrupção

ANEXO X Termo de Confidencialidade de Informações

Vila Velha/ES, 28 de janeiro de 2026.

JULIA PRANDINI
CAETANO:1230
8178752

Assinado de forma digital
por JULIA PRANDINI
CAETANO:12308178752
Dados: 2026.02.03
11:24:15 -03'00'

Julia Prandini Caetano
Agente de Contratação / Pregoeira Municipal



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

ANEXO I

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ATENÇÃO SENHORES LICITANTES: INFORMO QUE O ARQUIVO REFERENTE AO TERMO DE REFERÊNCIA SERÁ DISPONIBILIZADO EM ARQUIVO APARTADO.



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

ANEXO II
“MODELO” DE PROPOSTA COMERCIAL
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Diretoria de Compras Governamentais

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026

Senhor Pregoeiro:

A empresa, inscrita no CNPJ sob o n.º, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a), portador(a) da cédula de identidade n.º, vem por meio deste apresentar Proposta Comercial para a licitação acima referenciada, cujo objeto é Contratação de empresa para prestação de serviços de **diagnósticos em anatomia patológica e citopatologia**, nos termos abaixo discriminados.

GRUPO ÚNICO
(AMPLA CONCORRÊNCIA)

Item	Descrição do Objeto	Und.	Quant.	Preço unitário	Valor total
01	EXAME ANATOMO-PATOLOGICO DO COLO UTERINO - PEÇA CIRURGICA	un	13	R\$ 68,90	R\$ 895,70
02	EXAME ANATOMO-PATOLOGICO PARA CONGELAMENTO / PARAFINA POR PEÇA CIRURGICA OU POR BIOPSIA.	un	195	R\$ 56,07	R\$ 10.933,65
03	IMUNO HISTOQUIMICA DE NEOPLASIAS MALIGNAS (POR MARCADOR)	un	16	R\$ 156,34	R\$ 2.501,44
04	EXAME ANATOMO-PATOLOGICO DO COLO UTERINO - BIOPSIA	un	178	R\$ 49,86	R\$ 8.875,08
05	EXAME CITOPATOLOGICO CERVICO VAGINAL/MICROFLORA	un	3.455	R\$ 16,33	R\$ 56.420,15
06	EXAME CITOPATOLOGICO CERVICOVAGINAL/MICROFLORA-RASTREAMENTO	un	16.386	R\$ 15,46	R\$ 253.327,56
07	EXAME CITOPATOLOGICO DE MAMA	un	13	R\$ 38,05	R\$ 494,65

Pregão Eletrônico nº: 009/2026 - Lei n.º 14.133/21.

Agente de Contratação – Pregoeiro Municipal: Julia Prandini

E-mail: julia.caetano@vilavelha.es.gov.br

Av. Santa Leopoldina, 840, Itaparica – Vila Velha / ES – CEP. 29.102-915 – Tel. (27) 3149-7316



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

08	EXAME ANATOMO-PATOLOGICO DE MAMA - BIOPSIA	un	13	R\$ 55,89	R\$ 726,57
09	EXAME ANATOMO-PATOLOGICO DE MAMA - PEÇA CIRURGICA	un	13	R\$ 70,92	R\$ 921,96

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 335.096,76

Igualmente, DECLARAMOS que:

- a) Nos preços propostos estão incluídas todas as despesas conforme estabelecido no **Edital** da licitação em referência, assim como compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, e nos comprometemos a apresentar, quando solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- b) Caso sejamos vencedores da licitação, executaremos os serviços de acordo com a planilha fornecida e pelos preços unitários propostos e aceitos pelo Município;
- c) As condições de pagamento são aquelas estabelecidas no ato convocatório do certame em epígrafe;
- d) Esta proposta é válida por **120 (cento e vinte) dias**, contados da data de sua apresentação.
- e) **A execução do objeto será feita conforme especificações, condições, prazos e endereços em atendimento ao que preconiza o Termo de Referência, Anexo I do Edital;**
- f) Será responsável pela relação comercial de nossa empresa com o Município a pessoa do Senhor (a), portador (a) da cédula de identidade nº..... e do CPF-MF nº, com endereço, telefone (s) e e-mail

Local,de de.....

Nome do Representante Legal ou Procurador:

OBSERVAÇÃO PERTINENTE:

Ressalta-se que, embora a proposta esteja cadastrada no sistema Compras.gov.br como 01 (um) **serviço**, o edital deverá conter o **correto preenchimento do Anexo II**, com a descrição adequada do objeto, **bem como a indicação do valor estimado de cada serviço**, em conformidade com o Termo de Referência

Os valores deverão ser expressos em Real (R\$) com no máximo 2 (duas) casas decimais após a vírgula.

Pregão Eletrônico nº: 009/2026 - Lei n.º 14.133/21.

Agente de Contratação – Pregoeiro Municipal: Julia Prandini

E-mail: julia.caetano@vilavelha.es.gov.br

Av. Santa Leopoldina, 840, Itaparica – Vila Velha / ES – CEP. 29.102-915 – Tel. (27) 3149-7316



**PREFEITURA DE
VILA VELHA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

ANEXO III
TERMO DECLARATÓRIO

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA

Secretaria Municipal de Administração
Diretoria de Compras Governamentais

Ref. PREGÃO ELETRÔNICO n.º 009/2026

A empresa, inscrita no CNPJ sob o n.º, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a), portador(a) da cédula de identidade n.º., DECLARA que conhece e aceita todos os parâmetros e elementos para a execução do objeto e em particular:

1 - DECLARA que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que a proposta está em conformidade com as exigências do Edital, e que assumimos responsabilidade pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

2 - DECLARA estar ciente de todas as informações, das condições locais, dos equipamentos mínimos e equipe mínima necessários para a execução do objeto do Edital, bem como DECLARO que eles serão disponibilizados adequadamente, conforme o cronograma de execução (conforme o caso);

3 - DECLARA, sob as penas da lei, que não possuímos em seu quadro de pessoal menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

4 - DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

5 - DECLARA que não está impedida de contratar com a Administração Pública Municipal, direta e indireta, e não foi declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera;

6 - DECLARA que não existe superveniência de fato que impeça a sua habilitação/participação neste certame estando ciente da sua obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

7 - DECLARA que não existe participação direta ou indireta de servidor público de entidades ou órgãos da Administração Municipal no fornecimento objeto do Pregão Eletrônico;

8 - DECLARA que a proposta apresentada para participar da presente certame foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido por qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal n.º 12.846/2013;

9 - DECLARA que NÃO se enquadra na condição de ME ou EPP, nos termos da LC 123/2006.

Pregão Eletrônico nº: 009/2026 - Lei n.º 14.133/21.

Agente de Contratação – Pregoeiro Municipal: Julia Prandini

E-mail: julia.caetano@vilavelha.es.gov.br

Av. Santa Leopoldina, 840, Itaparica – Vila Velha / ES – CEP. 29.102-915 – Tel. (27) 3149-7316



**PREFEITURA DE
VILA VELHA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

OU

9 - DECLARA que está devidamente enquadrada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou equiparada, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar n.º 123/2006, para fins de obtenção dos benefícios previstos nos artigos 42 a 49 da referida Lei, não se enquadrando em nenhum dos impedimentos previstos no §4º do Art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, e que no ano-calendário de realização deste certame ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte.

Nome do Município /UF, ____ de ____ de ____.

Identificação e assinatura do Responsável do Licitante

OBS.: A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas no instrumento convocatório.

ANEXO IV

DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

Além do disposto neste Edital, para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, e arts. 73 a 79 do Decreto Municipal nº 307, de 2023, a **licitante arrematante** deverá enviar os seguintes documentos:

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

1.2. Ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, demais alterações ou a última alteração contratual desde que esteja consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, observado as exigências do novo Código Civil e da Lei 11.127, de 28 de junho de 2005, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

1.4. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

1.5. Caso o representante legal da empresa, não seja sócio-gerente ou diretor, deverá anexar instrumento público ou particular de procuração, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

1.6. Será desclassificada a empresa cujo objeto social não contemplar o objeto do presente certame.

2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, do Ministério da Fazenda (CNPJ);

2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

2.3. Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

2.4. Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante;

2.5. Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Fazenda Municipal da sede ou domicílio do licitante;

2.6. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

2.8. De acordo com a Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2015, as microempresas ou empresas de pequeno porte, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

2.8.1. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

2.8.1.1. Para usufruir o direito de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006 (art.42 a 45) e 147/2014 (art. 43, § 1º) a licitante deverá comprovar sua condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, mediante a apresentação da Certidão Simplificada da Junta Comercial do seu domicílio ou Certidão Simplificada emitida pelo Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso. **Ainda, deverá apresentar Declaração que enquadra na condição de ME ou EPP, conforme modelo do ANEXO III deste Edital;**

3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.1. Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial/Extrajudicial, expedida pelo(s) distribuidor (es) da sede da pessoa jurídica, e quando se tratar de Sociedade Simples apresentar Certidão Negativa dos Distribuidores Cíveis, com data não superior a 30 (trinta) dias de sua emissão, quando não for expresso sua validade.

3.1.1. Caso a licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverão ser cumpridos, por meio da documentação apropriada, os seguintes requisitos, cumulativamente:

I) cumprimento de todos os demais requisitos de habilitação constantes neste Edital;

II) apresentação da sentença homologatória do plano de recuperação judicial.

3.2. Deverá ser apresentado balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, acompanhado dos termos de abertura e encerramento do livro diário, **já exigíveis e apresentados na forma da Lei (todas as peças Contábeis), que comprovem a boa situação financeira da empresa.**

3.2.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado pelo sócio responsável da empresa e pelo responsável contábil, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

3.2.2. Serão considerados aceitos como **na forma da Lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:**

3.2.2.1. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

a) Publicados em Diário Oficial; ou.

b) Publicados em jornal de grande circulação; ou.

Pregão Eletrônico nº: 009/2026 - Lei n.º 14.133/21.

Agente de Contratação – Pregoeiro Municipal: Julia Prandini

E-mail: julia.caetano@vilavelha.es.gov.br

Av. Santa Leopoldina, 840, Itaparica – Vila Velha / ES – CEP. 29.102-915 –Tel. (27) 3149-7316



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

c) Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou Órgão Equivalente.

3.2.2.2. Para Empresas com outros Enquadramentos:

a) Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, **conforme a Lei**.

3.2.2.3. Sociedade criada no exercício em curso:

a) Balanço de Abertura e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, **conforme a Lei**.

3.2.2.4. As licitantes que sejam obrigadas a registrar suas demonstrações contábeis de forma eletrônica junto à Receita Federal (escrituração contábil digital – ECD), de acordo com as formalidades legais, tal documento é o exigível para fins de habilitação econômica financeira, devidamente certificado por contador registrado no Conselho de Contabilidade, com o recibo de entrega via SPED, além das notas explicativas, conforme a Lei, todas as peças contábeis.

3.3. A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (ILG), Índice Liquidez Corrente (ILC) e Índice de Solvência Geral (ISG) que deverão apresentar o valor mínimo igual ou maior que 1,0; resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

Índice de Liquidez Geral (ILG)

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} = > \text{ou} = 1,0$$

Índice de Liquidez Corrente (ILC)

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = > \text{ou} = 1,0$$

Índice de Solvência Geral (ISG)

$$\text{ISG} = \frac{\text{Ativo total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} = \text{ou} > = 1,00$$

3.3.1. As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço, nos moldes do **ANEXO V** deste Edital, a ser firmada por profissional devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, acompanhada de seu número de registro no CRC. Caso o memorial não seja apresentado, a Gerência de Compras reserva-se o direito de efetuar os cálculos.



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

3.3.1.1. Conforme art. 69, § 1º, da Lei 14.133/2021, o licitante deverá apresentar declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital, nos moldes do **ANEXO VI**.

3.3.2. Caso o licitante não atinja a boa situação financeira através dos índices demonstrados acima, deverá demonstrar sua capacidade econômico-financeira por meio da prova de possuir Capital Social e/ou Patrimônio Líquido equivalente ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

3.3.3. A comprovação do capital social será feito mediante verificação do Contrato Social apresentado, atualizado e registrado na Junta Comercial ou Órgão equivalente da Sede da licitante e Certidão emitida pela Junta Comercial ou Órgão equivalente admitida a atualização para a data da apresentação da proposta, na forma da lei, através de índices oficiais.

3.4. Considerando o disposto no art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, e visando à celeridade e a economicidade nas contratações de pequeno valor, fica estabelecido que, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), a habilitação Econômico-financeira será simplificada.

3.4.1. Nesses casos, a análise dos índices contábeis (Liquidez Corrente, Liquidez Geral e Solvência Geral) será dispensada. A comprovação da capacidade financeira será realizada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- 1.** Declaração de Capacidade Financeira: Declaração do licitante, Conforme ANEXO VI, sob as penas da lei, de que possui capacidade financeira para arcar com as obrigações decorrentes do contrato, papel timbrado com assinaturas do responsável legal da empresa.
- 2.** Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial: Certidão expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante, comprovando a inexistência de pedidos de falência ou recuperação judicial.
- 3.** Comprovação de Capital Social superior a 10% do valor estimado da contratação: Contrato Social atualizado.

3.4.2. A Administração Pública reserva-se o direito de solicitar documentos complementares, caso julgue necessário, para dirimir dúvidas quanto à capacidade financeira do licitante.

3.4.3. Esta medida visa facilitar a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, promovendo a competitividade e a eficiência nas contratações públicas de menor valor.

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1. Além dos previstos no Termo de Referência, para fins de habilitação, deverá a licitante **arrematante** comprovar os seguintes requisitos:

4.2. Deverá(ão) ser apresentado(s) **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, que comprove no mínimo 2 anos consecutivos de prestação de serviço, emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

privado, deverá ser em papel timbrado das empresas ou órgãos adquirentes, devidamente assinado(s), comprovando a aptidão da empresa para o serviço prestado que seja idêntico ao objeto da licitação.

4.3 A contratada deverá apresentar **DECLARAÇÃO EXPRESSA** (emitida pelo próprio licitante), que deverá atender aos critérios mínimos, no momento que a contratante manifestar interesse em aderir à Qualificação Nacional em Citopatologia (QUALICITO) para atender a portaria de consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017 no seu artigo art. 135 até 12 meses após a assinatura do contrato.

5.0 Para fins de qualificação técnico-operacional, deverão ser apresentados:

5.1.1 Da empresa: A contratada deverá apresentar Licença de Funcionamento e Alvará Sanitário, expedidos pela Secretaria de Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal – da empresa;

5.1.1.1 A contratada deverá ter inscrição no **Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES** - da empresa, incluindo o devido registro do serviço e sua classificação correspondente;

5.1.1.2 Certificado de Registro do licitante junto ao **Conselho de Classe** competente, Biólogo, Biomédico, Farmacêutico analista clínico, Médico anatomopatologista, Médico citopatologista expedido pelo Conselho da região do domicílio do licitante, com indicação do(s) respectivo(s) responsável(is) técnico(s) habilitado(s), devidamente válido na forma da legislação específica vigente, para a execução dos serviços objeto desse contrato.

5.1.2 Da proposta – Declarações

5.1.2.1 A proposta comercial deverá estar de acordo com a especificação prevista no Termo de Referência, e ser apresentada juntamente com as documentações abaixo.

5.1.2.2 DECLARAÇÃO EXPRESSA do licitante que possui sede ou filial (**LABORATÓRIO**) com capacidade administrativa.

5.1.2.3 Deverá ser apresentado no ato da assinatura do contrato:

5.1.2.4 Planilha contendo os **preços unitários de todos os itens constantes no ANEXO I – Lista de Exames Diagnósticos** laboratoriais em anatomia patológica e citopatologia, em conformidade com a proposta comercial apresentada.

6.0 Da Visita Técnica:

6.1.1.1 Para auxiliar a elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar visita técnica nas instalações dos locais de realização dos exames, acompanhado por servidores designados pela SEMSA/VV, de segunda à sexta-feira, em horário comercial; devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail do Setor responsável pela fiscalização e gestão do contrato: regulacao.vv@vilavelha.es.gov.br

6.1.1.2 Para a visita, o licitante ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado e o prazo para a visita será a partir da data da publicação do edital em Diário Oficial Municipal ou Estadual até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização da disputa.



**PREFEITURA DE
VILA VELHA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

7. Os atestados apresentados, poderão ser diligenciados de acordo com o Art. 160 do Decreto Municipal nº 307/2023, concomitante com Art. 59, § 2º da Lei nº 14.133/2021, consolidada.

5. DAS DECLARAÇÕES

5.1. Termo Declaratório nos moldes do ANEXO III, ANEXO V e ANEXO VI, devidamente assinados.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. Caso as certidões expedidas pelas Fazendas Estadual e Municipal não tragam consignados os respectivos prazos de validade, a administração aceitará como válidos, no máximo, os prazos vigentes no Estado do Espírito Santo e no Município de Vila Velha, 90 (noventa) e 30 (trinta) dias, respectivamente.

6.2. O Município se reserva o direito de proceder buscas e extrair certidões para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação a licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Administração, além de incorrer nas sanções previstas em lei.

6.3. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova.

6.4. Poderá ser inabilitada a licitante que não apresentar ou apresentar em desconformidade qualquer documento exigido no instrumento convocatório.

6.5. Salientamos que, conforme preconiza o art. 155, inc. VIII, da Lei 14.133/2021, o licitante será responsabilizado administrativamente caso apresente declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

6.6. A luz do art. 70, inc. II, da Lei 14.133/2021, os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública (registro cadastral no SICAF e/ou COPARC), desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

6.6.1. Para emissão do registro cadastral de Fornecedor junto à Prefeitura de Vila Velha, promovido pela Comissão Permanente de Análise e Registro Cadastral de Fornecedores e Aplicação de Penalidades – COPARC, a empresa deverá solicitar seu cadastramento através do e-mail: cadastro.fornecedor@vilavelha.es.gov.br. Salientamos que a vigência do registro cadastral será de 12 (doze) meses, devendo as empresas se responsabilizarem por sua renovação. Tel.: 27 3149-7973.

6.7. A exigência dos documentos habilitatórios somente será feita em relação ao licitante arrematante.

6.7.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, até as 18 horas do dia útil subsequente, a contar da convocação do pregoeiro.



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

ANEXO V
MEMORIAL DE CÁLCULO DOS INDICADORES ECONÔMICOS

Valores a serem transcritos do balanço patrimonial e inseridos nas fórmulas:

AC = Ativo Circulante = R\$

RLP = Realizável a Longo Prazo = R\$

PC = Passivo Circulante = R\$

ELP = Exigível a Longo Prazo = R\$

AT = Ativo Total = R\$

Índice de Liquidez Geral (ILG)

ILG = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$

Índice de Liquidez Corrente (ILC)

ILC = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

Índice de Solvência Geral (ISG)

ISG = $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$

(Nome do Município /UF), ____ de ____ de 2025.

Identificação e assinatura do Responsável do Licitante

Identificação e assinatura do Profissional Responsável registrado no Conselho Regional de Contabilidade e número do Registro na CRC

Pregão Eletrônico nº: 009/2026 - Lei n.º 14.133/21.

Agente de Contratação – Pregoeiro Municipal: Julia Prandini

E-mail: julia.caetano@vilavelha.es.gov.br

Av. Santa Leopoldina, 840, Itaparica – Vila Velha / ES – CEP. 29.102-915 – Tel. (27) 3149-7316



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

ANEXO VI
TERMO DECLARATÓRIO DE ESTABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Pregão
Ref. PREGÃO ELETRÔNICO n.º 009/2026

A empresa, inscrita no CNPJ sob o n.º, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a), portador(a) da cédula de identidade n.º., **DECLARA**, para os devidos fins, que atende aos índices econômicos previstos no edital e que não sofre qualquer ação que comprometa sua estabilidade econômico-financeira.

Nome do Município /UF, ____ de _____ de _____.

Identificação e assinatura do Responsável do Licitante

Identificação e assinatura do Profissional Responsável registrado no Conselho Regional de Contabilidade e número do Registro na CRC



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

ANEXO VII
MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Contrato Nº xxx/202x
Processo Nº 116.050/2025
Pregão Eletrônico nº: 009/2026
Código CidadES: 2025.076E0500001.01.0063

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/..., QUE
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE VILA VELHA,
POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

O MUNICÍPIO DE VILA VELHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Santa Leopoldina, nº 840, Itaparica – Vila Velha, Estado do Espírito Santo, CEP 29.102-915, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ neste ato representado pelo Secretário Sr. _____, inscrito no CPF nº _____, doravante denominado Contratante, e a Empresa _____, doravante denominada CONTRATADA, com sede _____ (endereço completo) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ neste ato representada pelo _____ (condição jurídica do representante) _____ Sr. _____ (nome, nacionalidade, estado civil, profissão) _____ doravante designado CONTRATADO, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa para prestação de serviços de diagnósticos em anatomia patológica e citopatologia, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Vila Velha. Nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

GRUPO ÚNICO
(AMPLA CONCORRÊNCIA)

Item	Descrição do Objeto	Und.	Quant.	Preço unitário	Valor total
01	EXAME ATOMO PATOLOGICO DO COLO UTERINO - PEÇA CIRURGICA	un	13	R\$	R\$
02	EXAME PATOLOGICO PARA CONGELAMENTO / PARAFINA POR PEÇA CIRURGICA OU POR BIOPSIA (EXCETO COL	un	195	R\$	R\$
03	9IMUNOHISTOQUIMICA DE NEOPLASIAS MALIGNAS (POR MARCADOR)	un	16	R\$	R\$

Pregão Eletrônico nº: 009/2026 - Lei n.º 14.133/21.

Agente de Contratação – Pregoeiro Municipal: Julia Prandini

E-mail: julia.caetano@vilavelha.es.gov.br

Av. Santa Leopoldina, 840, Itaparica – Vila Velha / ES – CEP. 29.102-915 – Tel. (27) 3149-7316



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

04	EXAMENATOMOATOLOGICO DO COLO UTERINO - BIOPSIA	un	178		
05	EXAME CITOPATOLOGICO CERVICOVAGINAL/MICROFLOR A	un	3.455		
06	EXAME CITOPATOLOGICO CERVICOVAGINAL/MICROFLOR A-RASTREAMENTO	un	16.386		
07	EXAME CITOPATOLOGICO DE MAMA	un	13		
08	EXAME ANATOMOPATOLOGICO DE MAMA - BIOPSIA	un	13		
09	EXAME ANATOMOPATOLOGICO DE MAMA - PECA CIRURGICA	un	13		

VALOR TOTAL: R\$ xxxxxxx

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Edital da Licitação;
- c) A Proposta do contratado;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) publicação, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/ 2021.

2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

Pregão Eletrônico nº: 009/2026 - Lei n.º 14.133/21.

Agente de Contratação – Pregoeiro Municipal: Julia Prandini

E-mail: julia.caetano@vilavelha.es.gov.br

Av. Santa Leopoldina, 840, Itaparica – Vila Velha / ES – CEP. 29.102-915 –Tel. (27) 3149-7316



**PREFEITURA DE
VILA VELHA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REEQUÍLIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO (art. 92, V)

7.1. O reajuste será adotado, obrigatoriamente, como forma de compensação dos efeitos das variações inflacionárias, desde que decorrido 12 (doze) meses, a partir do pedido do contratado ou da data do último reajustamento, de acordo com a Lei 10.192/2001.

7.2. Reajuste do preço contratado levará em consideração o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.



**PREFEITURA DE
VILA VELHA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7.9. Compete à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste a ser aprovado pelo Contratante, juntando-se a respectiva discriminação dos serviços e memorial de cálculo do reajuste, e demais documentos comprobatórios do reajuste pleiteado.

7.10. A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência contratual, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

7.11. Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

7.12. Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta.

7.13. Não será concedida a revisão quando:

- a) ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;
- b) o evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência do contrato;
- c) ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;
- d) a parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.
- e) houver alteração do regime jurídico-tributário da Contratada, ressalvada a hipótese de superveniente determinação legal.

7.15. A revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, será realizada em atenção à Orientação Normativa PGM nº 01 de 2 de maio de 2017.

7.16. A manutenção do equilíbrio econômico financeiro será realizada em atenção à Orientação Normativa PGM nº 01 de 2 de maio de 2017.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



**PREFEITURA DE
VILA VELHA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9.1. A Administração terá o prazo de um mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de um mês.

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

8.1.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. São obrigações do Contratante:

9.1.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

Pregão Eletrônico nº: 009/2026 - Lei n.º 14.133/21.

Agente de Contratação – Pregoeiro Municipal: Julia Prandini

E-mail: julia.caetano@vilavelha.es.gov.br

Av. Santa Leopoldina, 840, Itaparica – Vila Velha / ES – CEP. 29.102-915 – Tel. (27) 3149-7316



**PREFEITURA DE
VILA VELHA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.4. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;

9.1.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores (registro cadastral no SICAF ou COPARC), o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; e 6) demais documentos dispostos no Termo de Referência;

9.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.1.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.1.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.1.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.12. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.1.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



**PREFEITURA DE
VILA VELHA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

9.1.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.1.16. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.1.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.13/2021;

9.1.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

Pregão Eletrônico nº: 009/2026 - Lei n.º 14.133/21.

Agente de Contratação – Pregoeiro Municipal: Julia Prandini

E-mail: julia.caetano@vilavelha.es.gov.br

Av. Santa Leopoldina, 840, Itaparica – Vila Velha / ES – CEP. 29.102-915 – Tel. (27) 3149-7316



**PREFEITURA DE
VILA VELHA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA (art. 92, XII e XIII)

11.1. A luz dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21:

11.2. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a 1% (um por cento) do valor contratual.

11.3. O CONTRATADO deverá apresentar à Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, observadas as disposições do Decreto Municipal nº 095/2016, ou outro que vier a substituí-lo.

11.4. Sem prejuízo das demais hipóteses previstas na regulamentação vigente, a garantia poderá ser utilizada para o pagamento de:

- I. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- II. Prejuízos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- III. Multas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;
- IV. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas, quando couber.

11.5. O valor ou o prazo de validade de garantia de execução do Contrato deverá ser aumentado na mesma proporção sempre que houver aditamentos de acréscimo de valor ou de prazo vigência contratual.



**PREFEITURA DE
VILA VELHA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

11.6. A garantia de execução do Contrato será restituída mediante requerimento da CONTRATADA, após a expedição do Termo de Execução Definitiva dos SERVIÇOS.

11.7. Em se tratando de Fiança Bancária ou Título da Dívida Pública ou Seguro-Garantia, o documento pertinente deverá ser apresentado ao Gestor do Contrato e posteriormente encaminhado à SEMFI.

11.8. O Título da Dívida Pública a ser ofertado tem que ser um título atual, em circulação normal no mercado, e com possibilidade de resgate imediato.

11.9. A garantia em dinheiro deverá ser depositada em conta específica no Banco do Brasil, em favor do Município de Vila Velha.

Banco: 001 - Banco do Brasil / Agência: 1240-8 / Conta: 173.700-7 - PMVV/Caução

11.10. Na hipótese da garantia ser prestada mediante Carta Fiança Bancária, esta deverá ser apresentada com firma reconhecida a conter expressa renúncia aos benefícios referidos no Código Civil Brasileiro.

11.11. Ocorrendo aumento no valor contratual por acréscimo dos serviços, a contratada deverá proceder o reforço da garantia inicial no mesmo percentual estabelecido.

11.12. Havendo prorrogação do prazo, formalmente admitida pela Administração, deverá a contratada reapresentar quaisquer das modalidades de garantia previstas neste Contrato e por essa escolhida, de forma a abranger o período de prorrogação, retendo a Administração dos créditos da contratada, enquanto não efetivar tal garantia, o valor a ela correspondente.

11.13. A Garantia só será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação. Caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês, após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa no âmbito da realização do certame, nos termos do Decreto Municipal n.º 360/2023, o licitante ou o contratado que, com dolo ou culpa:

- I. der causa à inexecução parcial do contrato;
- II. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. der causa à inexecução total do contrato;
- IV. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- V. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- VI. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VII. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.



**PREFEITURA DE
VILA VELHA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

12.1.1. Considera-se a conduta do inciso I do item 12.1 como sendo o inadimplemento de obrigação legal, editalícia ou contratual de pequena relevância, que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Administração.

12.1.2. Considera-se a conduta do inciso II do item 12.1 como sendo o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pela contratada ou licitante, que causem prejuízos à Administração.

12.1.3. Considera-se a conduta do inciso IV do item 12.1 como sendo o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

12.1.4. Considera-se a conduta do inciso VI do item 12.1 como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos da Prefeitura de Vila Velha, com exceção da conduta disposta no inciso V do item 12.1.

12.1.5. Considera-se a conduta do inciso VII do item 12.1 como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da execução contratual.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 12.1 as seguintes sanções:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Impedimento de licitar e contratar;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.2.1. A sanção de advertência será aplicada unicamente na hipótese prevista no inciso I do item 12.1, quando não se justificar a imposição de pena mais grave.

12.2.2. A sanção de multa será calculada no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do(s) lote(s) que o licitante tenha concorrido, a ser fixado de acordo com a natureza e a gravidade da infração cometida e os danos que dela provierem para a Administração Pública.

12.2.3. A multa poderá ser aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 12.1, isoladamente ou cumulativamente às demais penas previstas no item 12.2.

12.2.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente, ou poderá ser descontada de eventuais créditos da infratora junto à Administração, ainda que oriundos de outros contratos.

12.2.5. A multa poderá ser descontada de eventuais créditos da infratora junto à Administração, ainda que oriundos de outros contratos.

12.2.6. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, definida no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da nota fiscal, por dia de atraso injustificado, limitada a 10% (dez por cento).

Pregão Eletrônico nº: 009/2026 - Lei n.º 14.133/21.

Agente de Contratação – Pregoeiro Municipal: Julia Prandini

E-mail: julia.caetano@vilavelha.es.gov.br

Av. Santa Leopoldina, 840, Itaparica – Vila Velha / ES – CEP. 29.102-915 – Tel. (27) 3149-7316



**PREFEITURA DE
VILA VELHA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

12.2.6.1. A aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de Vila Velha será aplicada nas hipóteses previstas nos incisos II a IV do item 12.1, e terá como pena base os seguintes prazos de duração:

- I. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: 36 (trinta e seis) meses;
- II. der causa à inexecução total do contrato: 24 (vinte e quatro) meses;
- III. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: 60 (sessenta) dias.

12.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada nas hipóteses previstas nos incisos V a VIII do item 12.1, e terá como pena base os seguintes prazos de duração:

- I. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: 36 (trinta e seis) meses;
- II. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: 48 (quarenta e oito) meses;
- III. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: 48 (quarenta e oito) meses;
- IV. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: 48 (quarenta e oito) meses;
- V. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: 48 (quarenta e oito) meses.

12.5. A autoridade máxima, quando do julgamento, se concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa, dará conhecimento ao Ministério Público, para atuação no âmbito da respectiva competência.

12.6. Além das penalidades acima, os licitantes ficarão sujeitos ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do Município de Vila Velha/ES e, no que couber, às demais penalidades referidas na Lei n.º 14.133/2021.

12.7. Quando a ação ou omissão do licitante ou do adjudicatário ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos, prevalecerá aquele que comina a sanção mais gravosa.

12.8. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste contrato será realizada mediante instauração de procedimento administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa.

12.9. Detectada prática de conduta que, em tese, configure infração administrativa, a Comissão de Contratação informará a Autoridade Competente para que inicie procedimento de apuração em processo apartado, indicando os fatos que ensejam a apuração, o enquadramento dos fatos às normas pertinentes à infração e a identificação do licitante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

Pregão Eletrônico nº: 009/2026 - Lei n.º 14.133/21.

Agente de Contratação – Pregoeiro Municipal: Julia Prandini

E-mail: julia.caetano@vilavelha.es.gov.br

Av. Santa Leopoldina, 840, Itaparica – Vila Velha / ES – CEP. 29.102-915 – Tel. (27) 3149-7316



**PREFEITURA DE
VILA VELHA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.5.5. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.6. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.7. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício:

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

Pregão Eletrônico nº: 009/2026 - Lei n.º 14.133/21.

Agente de Contratação – Pregoeiro Municipal: Julia Prandini

E-mail: julia.caetano@vilavelha.es.gov.br

Av. Santa Leopoldina, 840, Itaparica – Vila Velha / ES – CEP. 29.102-915 – Tel. (27) 3149-7316



**PREFEITURA DE
VILA VELHA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos 2021. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.1.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527/2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Juízo de Vila Velha - Estado do Espírito Santo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Vila Velha, ____ de ____ de 2025.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO / TESTEMUNHAS:



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

ANEXO VIII
MODELO DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA PARA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

1. Pela presente, o (a) (nome da instituição fiadora) com sede em (endereço completo), por seus representantes legais infra-assinados, declara que se responsabiliza como **Fiador** e principal pagador, com expressa renúncia dos benefícios estatuídos no Artigo 827, do Código Civil Brasileiro, da empresa (nome da empresa), com sede em (endereço completo), até o limite de R\$ (valor da garantia) (.....) (valor por escrito) para efeito de garantia à execução do **Contrato** nº (número do **Contrato**, formato xx/ano), decorrente do processo licitatório (modalidade e número do instrumento convocatório da licitação – ex.: PE nº xx/ano), firmado entre a **Afiançada** e o **Município de Vila Velha** para (objeto da licitação), tendo este Fiador plena ciência dos termos do referido Edital licitatório e das cláusulas contratuais.

2. A fiança ora concedida visa garantir o cumprimento, por parte de nossa **Afiançada**, de todas as obrigações estipuladas no **Contrato** retromencionado, abrangendo o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do **Contrato** e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos causados à Administração **Contratante** ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do **Contrato**;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração **Contratante** à **Afiançada**; e.
- d) Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela **Afiançada**.

3. Esta fiança é válida por (prazo, contado em dias, correspondente à vigência do **Contrato**) (.....) (valor por escrito) dias, contados a partir de (data de início da vigência do **Contrato**), vencendo-se, portanto em (data).

4. Na hipótese de inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas pela **Afiançada**, o (a) (nome da instituição fiadora) efetuará o pagamento das importâncias que forem devidas, no âmbito e por efeito da presente fiança, até o limite acima estipulado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento de comunicação escrita do Município de Vila Velha.

5. A comunicação de inadimplemento deverá ocorrer até o prazo máximo de 90 (noventa) dias após o vencimento desta fiança.

6. Nenhuma objeção ou oposição da nossa **Afiançada** será admitida ou invocada por este **Fiador** com o fim de escusar-se do cumprimento da obrigação assumida neste ato e por este instrumento perante o Município de Vila Velha.

7. Obriga-se este **Fiador**, outrossim, pelo pagamento de quaisquer despesas judiciais e/ou extrajudiciais, bem assim por honorários advocatícios, na hipótese de o Município de Vila Velha se ver compelido a ingressar em juízo para demandar o cumprimento da obrigação a que se refere a presente fiança.

8. Se, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a data de vencimento desta fiança, o (a) (nome da instituição fiadora) não tiver recebido do Município de Vila Velha qualquer comunicação relativa a inadimplemento da **Afiançada**, ou termo circunstanciado de que a **Afiançada** cumpriu todas as cláusulas do **Pregão Eletrônico nº: 009/2026 - Lei n.º 14.133/21**.

Agente de Contratação – Pregoeiro Municipal: Julia Prandini

E-mail: julia.caetano@vilavelha.es.gov.br

Av. Santa Leopoldina, 840, Itaparica – Vila Velha / ES – CEP. 29.102-915 – Tel. (27) 3149-7316



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

Contrato, acompanhado do original desta **Carta de Fiança**, esta fiança será automaticamente extinta, independentemente de qualquer formalidade, aviso, notificação judicial ou extrajudicial, deixando, em consequência, de produzir qualquer efeito e ficando o **Fiador** exonerado da obrigação assumida por força deste documento.

9. Declara, ainda, este **Fiador**, que a presente fiança está devidamente contabilizada e que satisfaz às determinações do Banco Central do Brasil e aos preceitos da legislação bancária aplicáveis e, que, os signatários deste Instrumento estão autorizados a prestar a presente fiança.

10. Declara, finalmente, que está autorizado pelo Banco Central do Brasil a expedir Carta de Fiança e que o valor da presente se contém dentro dos limites que lhe são autorizados pela referida entidade federal.

....., de de

Local

data

Instituição garantidora: Nome:

CNPJ:

Representantes Legais:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

ANEXO IX
TERMO DE ADESÃO VOLUNTÁRIA À POLÍTICA ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

TERMO DE ADESÃO VOLUNTÁRIA À POLÍTICA ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA Nº /20..... A empresa....., com sede na cidade de no Estado situada à rua nº bairro CEP..... inscrita no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representada por seu representante legal cargo, vem, por intermédio deste Termo, aderir voluntariamente à Política Antifraude e Anticorrupção da PMVV, COMPROMETENDO-SE a: 1.Difundir as vedações impostas pela Política Antifraude e Anticorrupção da PMVV a todos os funcionários da empresa. 2.Cumprir e exigir o cumprimento da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e demais normas pertinentes ao tema em todos os níveis, rechaçando qualquer ato ou atividade que constitua ou possa ser entendido como ato lesivo aos interesses da Administração Pública. 3.Denunciar à PMVV qualquer ação ou omissão que venha a ter conhecimento e que importem em descumprimento da Política Antifraude e Anticorrupção da PMVV, da legislação Anticorrupção vigente e aos demais normativos de combate à fraude e a atos de corrupção. 4.Declaro ter plena ciência de que o descumprimento do disposto neste Termo de Adesão ensejará, independentemente de culpa ou dolo, na rescisão motivada do contrato celebrado com a PMVV, bem como as demais medidas cabíveis nas esferas administrativas e criminais. E, por compreender e aceitar sem reservas todo o exposto acima, assino o presente Termo para que produza todos os efeitos.

Vila Velha - ES, de de

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS:

Nome
CPF

Nome
CPF



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

ANEXO X

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES

_____ (Razão Social), pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ/MF sob o n.º _____, estabelecida na cidade de _____, na _____, por intermédio de seu representante legal _____, portador da Cédula de Identidade n.º _____, inscrito no CPF/MF sob o n.º _____, doravante designado simplesmente RESPONSÁVEL, se compromete, por meio do presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, a não divulgar sem autorização quaisquer informações restritas de propriedade do MUNICÍPIO DE VILA VELHA/ES, neste ato representado pelo Secretário(a) de Finanças, em conformidade com as condições deste Termo.

1. O objetivo deste Termo de Confidencialidade e Sigilo é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva do Município de Vila Velha, reveladas ao RESPONSÁVEL em razão da prestação de serviços/fornecimento à esta municipalidade, consoante Contrato Administrativo, celebrado em __/__/____, oriundo do Procedimento Licitatório nº

2. A expressão “*informação restrita*” abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, documentos, documentações que compõem processos com informações confidenciais, valores e informações de natureza financeira, administrativa, contábil e jurídica, especificações, desenhos, cópias, diagramas, modelos, amostras, fotografias, plantas, programas de computador, discos, fitas, contratos, planos, processos, projetos, dados pessoais, preços e custos, informações técnicas, entre outros, denominadas simplesmente INFORMAÇÕES.

3. O RESPONSÁVEL compromete-se a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso das INFORMAÇÕES do Município de Vila Velha, tratando-as confidencialmente sob qualquer condição.

4. Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o RESPONSÁVEL deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal da UG responsável pela contratação, signatário do Contrato Administrativo que dá origem a este Termo, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa do representante legal poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

5. O RESPONSÁVEL determinará a todos os seus empregados, prestadores de serviços que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços mencionados no item 1, a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

6. O RESPONSÁVEL deverá destruir quaisquer arquivos que contenham INFORMAÇÕES do Município de Vila Velha, quando não mais for necessária a manutenção destas INFORMAÇÕES, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções, cópias ou segundas vias.

7. O RESPONSÁVEL obriga-se a informar imediatamente ao Município qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados e preposto.

Pregão Eletrônico nº: 009/2026 - Lei n.º 14.133/21.

Agente de Contratação – Pregoeiro Municipal: Julia Prandini

E-mail: julia.caetano@vilavelha.es.gov.br

Av. Santa Leopoldina, 840, Itaparica – Vila Velha / ES – CEP. 29.102-915 – Tel. (27) 3149-7316



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Compras Governamentais

8. O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade administrativa, civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

9. As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação do vínculo contratual entre o RESPONSÁVEL e o MUNICIPIO, sendo irrevogáveis e irretroatáveis, e abrangem as informações presentes e futuras.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o RESPONSÁVEL assina o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, em 2 (duas) vias de igual teor.

Vila Velha, ____ de ____ de 20 ____.

Representante Legal



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VILA VELHA
Atenção Especializada
SEMSA/PMVV

TERMO DE REFERÊNCIA

Gerência de Regulação, Controle e Avaliação

002/2025



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VILA VELHA
Atenção Especializada
SEMSA/PMVV

1 QUADRO RESUMO

1.1	Título e Objetivo Geral: Contratação de empresa para prestação de serviços de diagnósticos em anatomia patológica e citopatologia, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Vila Velha.
1.2	Delimitação do Objeto a ser licitado: Serviço – prestação de exames diagnósticos em anatomia patológica e citopatologia, conforme Termo de Referência.
1.3	Modalidade de Licitação e Base Legal: Aquisição por Pregão Eletrônico de acordo com a Lei n.º 14.133/2021.
1.4	Estimativa de custos global: A ser informado pela COTAÇÃO DE PREÇOS/SEMSA.
1.5	Prazo estipulado de vigência contratual: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, conforme capítulo V – Da duração dos contratos, da lei 14.133/2021.
1.6	Informação orçamentária: Programa de trabalho: Informação posterior pelo FMS Natureza de despesa: Informação posterior pelo FMS Fonte: Informação posterior pelo FMS
1.7	Unidade administrativa responsável pela execução do objeto e fiscalização: Gerência de Regulação, Controle e Avaliação e Atenção Primária à Saúde.
1.8	Equipe responsável pela elaboração do Termo de Referência: Gerência de Regulação, Controle e Avaliação/ SEMSA/ PMVV Jesselaine Cristina Soares Rocha – Gerente de Regulação, Controle e Avaliação Karinthia Herédia Brocco - Coordenadora de Controle e Avaliação E-mail: jessilainesoares@vilavelha.es.gov.br; karinthia.heredia@vilavelha.es.gov.br
1.9	Versão e Data do Termo de Referência: Versão I: 07/11/2025 Versão II: 22/01/2026 Versão III: 30/01/2026
1.10	Gestão: Jesselaine Cristina Soares Rocha - Gerente de Regulação, Controle e Avaliação Cinthia Freitas Assad Moraes - Farmacêutica- Regulação, Controle e Avaliação
1.11	Fiscalização: Karine Suelem Marques - Enfermeira – Atenção Primária à Saúde Christiane Nepomuceno Paixão -Enfermeira – Atenção Primária à Saúde

2 DO OBJETO

2.1 Contratação de empresa especializada com vistas à prestação de serviços de exames diagnósticos em anatomia patológica e citopatologia, para oferta aos usuários munícipes de Vila Velha dos estabelecimentos de saúde que compõem a Rede de Atenção à Saúde – RAS do Sistema Único de Saúde – SUS, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Vila Velha – SEMSA/PMVV.

2.2 Tipo de Julgamento e Critério de Avaliação das Propostas

2.2.1 Tipo de Julgamento

O procedimento licitatório será Pregão Eletrônico e utilizará como critério de julgamento o menor preço global, conforme art. 33, II, da Lei nº 14.133/2021.

2.2.2 Forma de Avaliação

A proposta vencedora será aquela que apresentar menor valor global para o conjunto dos serviços contratados, observadas todas as exigências técnicas e legais do edital e do Termo de Referência.

3 DA PREVISÃO DE QUANTITATIVO E DA DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

3.1 Para a estimativa das quantidades físicas e financeiras foi realizado um estudo físico-financeiro considerando as informações obtidas no TABWIN, um tabulador de dados de uso geral que foi desenvolvido pelo DATASUS/MS, sendo utilizado localmente permitindo aos profissionais da área da saúde a realização de tabulações rápidas a partir das bases de dados dos sistemas de informação do SUS.

3.2 Este estudo considerou, para o cálculo da estimativa, quantidade física e financeira de exames de anatomia patológica e citopatologia na rede própria de saúde que compõe a Rede de Atenção à Saúde – RAS do Sistema Único de Saúde – SUS/ Secretaria Municipal de Vila Velha, no período de

janeiro a dezembro de 2024, (doze meses), fonte: DATASUS/SEMSA TABWIN/VV, conforme dados disponibilizados pelo sistema.

3.3 Para calcular as 3 novas unidades, o cálculo foi realizado da seguinte forma: somou - se o total de exames de anatomia patológica e citopatologia de todas unidades com o contrato vigente no período de janeiro a dezembro de 2024, calculou-se uma média aritmética DAS UNIDADES COM O SERVIÇO CONTRATADO PELA SEMSA/VV para estimar o físico e financeiro de cada nova unidade. Para calcular a previsão de produção anual total das três novas unidades, multiplicou-se esse resultado por três. Fonte: DATASUS/SEMSA TABWIN/VV, SISCAN DATASUS conforme dados disponibilizados pelo sistema.

3.4 As exigências contidas na especificação técnica deste termo têm como objetivo único garantir que os objetos atendam aos requisitos mínimos necessários para o bom andamento dos serviços de saúde. Logo, essas exigências estão livres de quaisquer características que possam levar a direcionamentos ou favorecimentos, possibilitando a livre concorrência. Não há quaisquer ilegalidades neste instrumento, estando várias empresas fornecedoras aptas a participarem deste processo de compra.

3.5 É válido ressaltar que, sem prejuízos a contratualização, as quantidades unitárias (físico) distribuídas mensalmente não são fixas, podendo ser aumentadas ou suprimidas conforme demanda, sendo fixo o quantitativo financeiro (R\$) global definido, conforme as especificidades necessárias nesse tipo de demanda.

DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE.
EXAMES DIAGNÓSTICO EM ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOPATOLOGIA	MÊS	12

4 DO VALOR ESTIMADO

4.1 1 O valor estimado deverá ter como referência ampla pesquisa de mercado de preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública. O arrematante do grupo será desclassificado caso o produto ofertado na proposta esteja acima dos valores estipulados pelo Banco

de Preços e Banco de Preços em saúde NO EDITAL, sendo passível de denúncia junto aos órgãos fiscalizadores, conforme legislação vigente.

4.2 O pagamento referente à presente contratação ficará condicionado à demanda, devendo ser respeitado o valor de utilização previsto para o período de 12 meses, sem ultrapassar essa estimativa por ano. A vigência total do contrato será de 12 meses, com o empenho do valor realizado de forma periódica, proporcional ao uso estimado para cada ano, garantindo que o total contratado seja utilizado de acordo com a previsão inicialmente estabelecida.

5 DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

5.1 O objeto pretendido é considerado “serviço comum”, pois se enquadra na classificação nos termos do Art. 6º inciso XIII da Lei 14.133 de 2021, e o Art. 2º parágrafo 1º do Decreto Municipal Nº 94, de 03 de outubro de 2005.

6 DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

6.1 A contratação de empresa especializada para prestação de serviços de diagnósticos em anatomia patológica e citopatologia é de fundamental importância para garantir a continuidade e a qualidade da assistência à saúde da população de Vila Velha, em conformidade com o disposto na Constituição Federal de 1988 e nas legislações pertinentes. A saúde é um direito de todos, e o município deve assegurar que seus munícipes tenham acesso a ações e serviços que promovam, protejam e recuperem sua saúde.

6.2 O artigo 196 da Constituição Federal estabelece que a saúde é um dever do Estado, o que implica em responsabilidade direta do município na promoção de políticas de saúde que integrem os diferentes níveis do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse contexto, a Rede de Atenção à Saúde (RAS) desempenha um papel crucial na integração de ações e serviços de saúde, sendo imprescindível a oferta de serviços de diagnósticos laboratoriais em anatomia patológica e citopatologia. Esses serviços são essenciais para a obtenção de informações que possibilitam diagnósticos precisos, prognósticos adequados, prevenção de doenças e definição de tratamentos, evitando, assim, a necessidade de intervenções mais invasivas.

6.3 A falta de acesso a esses serviços pode comprometer a vida e a saúde dos pacientes, inviabilizando a continuidade de tratamentos e a assistência necessária. A realidade do município de Vila Velha, que não dispõe de recursos humanos e equipamentos suficientes para a oferta própria de tais serviços, reforça a necessidade de se recorrer à iniciativa privada, conforme permite a Constituição Federal em seu artigo 199, § 1º, e a Lei Orgânica da Saúde, Lei nº 8.080/1990, que prevê a possibilidade de utilização de serviços privados quando a capacidade do SUS for insuficiente.

6.4 Atualmente, a prestação de serviços de exames de diagnósticos laboratoriais em anatomia patológica e citopatologia é realizada por meio do contrato nº 003/2021, que terá final de vigência em 21/02/2026 e não poderá ser prorrogado novamente, tornando urgente a abertura de um novo processo licitatório para garantir a continuidade dos serviços essenciais à saúde da população.

6.5 Diante do exposto, o objetivo da contratação é assegurar a manutenção da oferta de serviços de diagnósticos laboratoriais em anatomia patológica e citopatologia, essenciais para a promoção da saúde e a qualidade da assistência prestada aos munícipes, em consonância com as diretrizes do SUS e as responsabilidades do município. A continuidade desses serviços é imprescindível para o atendimento das necessidades de saúde da população de Vila Velha, garantindo, assim, o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde.

7 JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

7.1 Considerando o inciso III do Art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006:

“Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

(...) III – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;”

7.2 Justifica-se com isso a não aplicação de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte previsto nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, uma vez que:



7.3 O certame exclusivo às ME/EPPs importa em redução na fase de lances de preços, representando aquisições não vantajosas para o município, e, por conseguinte, não garantindo economicidade à municipalidade, o que resulta em claro prejuízo para o município.

7.4 Em se optando pela ampla concorrência, a possibilidade de disputa de preços entre os fornecedores será maior e, com isso, os valores, possivelmente, serão mais vantajosos à administração pública municipal.

7.5 Considerando os argumentos expostos, a melhor forma de contratação será, Pregão Eletrônico com ampla concorrência.

7.6 Diante de objetos complexos, distintos ou divisíveis cabe, como regra e conforme o caso concreto justificar, a realização de licitação por itens ou lotes, que está prevista no art. 40, inciso V, alínea "b", bem como em seus parágrafos § 2º e § 3º da Lei n.º 14.133/2021, o qual estabelece como princípio, entre outros, o do parcelamento, "quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso".

7.7 Deste modo com fito de majorar a competitividade do certame, assim como, evitar a concentração de mercado, com vistas a economicidade e ainda com o intuito de garantir interesse do mercado, a contratação será realizada em lote único, não sendo viável o parcelamento da solução.

8 DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

8.1 O critério de julgamento será o da proposta que apresentar **menor valor Global, conforme os exames listados no Anexo I por ITEM/GRUPO**.

9 DA PROPOSTA

9.1 A proposta comercial deverá ser apresentada em planilha discriminada e estar de acordo com a especificação prevista neste Termo de Referência. Deverá conter:

9.2 Detalhamento do objeto;

9.3 As quantidades;



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VILA VELHA
Atenção Especializada
SEMSA/PMVV

9.4 Valores unitários de acordo com a Portaria de consolidação 01 de 28 de setembro de 2017, do Ministério da Saúde e totais por item, em algarismo com duas casas decimais;

9.5 A LICITANTE arrematante deverá apresentar junto com a proposta comercial escrita os documentos relacionados no itens 10 e 11, **sob pena de desclassificação.**

10 DAS HABILITAÇÕES

10.1 As habilitações previstas no art. 62, incisos I, II, III e IV da lei 14.133/2021 serão previstas e incluídas na minuta do edital.

11 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1 Deverá(ão) ser apresentado(s) **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, que comprove no mínimo 2 anos consecutivos de prestação de serviço, emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, deverá ser em papel timbrado das empresas ou órgãos adquirentes, devidamente assinado(s), comprovando a aptidão da empresa para o serviço prestado que seja idêntico ao objeto da licitação.

11.2 A contratada deverá apresentar **DECLARAÇÃO EXPRESSA** (emitida pelo próprio licitante), que deverá atender aos critérios mínimos, no momento que a contratante manifestar interesse em aderir à Qualificação Nacional em Citopatologia (QUALICITO) para atender a portaria de consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017 no seu artigo art. 135 até 12 meses após a assinatura do contrato.

11.3 Para fins de qualificação técnico-operacional, deverão ser apresentados:

11.3.1 Da empresa: A contratada deverá apresentar Licença de Funcionamento e Alvará Sanitário, expedidos pela Secretaria de Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal – da empresa;

11.3.1.1 A contratada deverá ter inscrição no **Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES** - da empresa, incluindo o devido registro do serviço e sua classificação correspondente;

11.3.1.2 **Certificado de Registro** do licitante junto ao **Conselho de Classe** competente, Biólogo, Biomédico, Farmacêutico analista clínico, Médico anatomopatologista, Médico citopatologista expedido pelo Conselho da região do domicílio do licitante, com indicação do(s) respectivo(s) responsável(is) técnico(s) habilitado(s), devidamente válido na forma da legislação específica vigente, para a execução dos serviços objeto desse contrato.

11.3.2 **Da proposta – Declarações**

11.3.2.1 A proposta comercial deverá estar de acordo com a especificação prevista no Termo de Referência, e ser apresentada juntamente com as documentações abaixo.

11.3.2.2 **DECLARAÇÃO EXPRESSA** do licitante que possui sede ou filial (**LABORATÓRIO**) com capacidade administrativa.

11.3.2.3 **Deverá ser apresentado no ato da assinatura do contrato:**

11.3.2.4 **Planilha** contendo os **preços unitários de todos os itens constantes no ANEXO I – Lista de Exames Diagnósticos** laboratoriais em anatomia patológica e citopatologia, em conformidade com a proposta comercial apresentada.

12 DA VISITA TÉCNICA

12.1 Para auxiliar a elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar visita técnica nas instalações dos locais de realização dos exames, acompanhado por servidores designados pela SEMSA/VV, de segunda à sexta-feira, em horário comercial; devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail do Setor responsável pela fiscalização e gestão do contrato: regulacao.vv@vilavelha.es.gov.br

12.2 Para a visita, o licitante ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado e o prazo para a visita será a partir da data da publicação do edital em Diário Oficial Municipal ou Estadual até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização da disputa.

13 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 13.1** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Termo de Referência;
- 13.2** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por gestor e fiscal do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021 e art. 2 do § 2º, VIII, art. 12 e Seção II do Decreto Municipal Nº. 307/2023, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição;
- 13.3** O fiscal do contrato poderá a qualquer momento solicitar apoio técnico para subsidiar quanto a informações, avaliações e auditoria pertinente a atribuição a que fora designado;
- 13.4** A fiscalização do contrato deverá ser realizada por servidores lotados no nível central na Secretaria Municipal de Saúde/PMVV designados pela Secretária Municipal de Saúde em ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO;
- 13.5** Competirá ao fiscal do contrato, exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 13.6** O fiscal do contrato deverá informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
- 13.7** O fiscal do contrato deverá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual;
- 13.8** Na ausência da figura do fiscal no contrato, caberá ao setor de CONTRATOS/SEMSA, a fiscalização do contrato de acordo com o Manual do Fiscal de Contrato;



- 13.9** Notificar, por meio do fiscal ou gestor do contrato, a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando-lhe prazo para correção de tais irregularidades;
- 13.10** Preparar os expedientes referentes ao pagamento das parcelas contratuais;
- 13.11** Pagar à contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato de acordo com a medição apresentada, conferência dos serviços realizados, subsidiando posteriormente o real preenchimento do Formulário de Conferência de serviços Terceirizados, através de sua IN SFI 06 revisada e aprovada pela Controladoria Geral/PMVV;
- 13.12** Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;
- 13.13** Compete a CONTRATANTE o recebimento, conferência e atestado da execução do serviço nas notas fiscais emitidas pela CONTRATADA;
- 13.14** Solicitar a substituição imediata de qualquer material ou equipamento que não atenda às exigências do serviço;
- 13.15** Verificar a persistência da irregularidades, não estando, nas mesmas condições técnicas básicas comprovadas na ocasião da assinatura do contrato, a contratante poderá alegar motivo para rescisão de acordo com o previsto em lei ou regulamento;
- 13.16** Organizar e regular os fluxos dos usuários do SUS/ Vila Velha;
- 13.17** Solicitar à empresa nos prazos previstos, a documentação referente ao seu pessoal, observadas as especificações constantes neste termo de referência, supervisionando rotineiramente a observância das normas de Segurança e Higiene do Trabalho;
- 13.18** Caberá ao setor de Regulação/SEMSA, toda gestão da execução do fluxo assistencial e o controle do serviço e o acompanhamento de criação de login institucional para a CONTRATADA junto a TI/SEMSA/PMVV;

- 13.19** A contratante deverá realizar análise quanto aos procedimentos realizados e apresentados pela contratada, comparando com as informações geradas no Sistema de Informação oficial do MINISTÉRIO DA SAÚDE/DATASUS através da ferramenta TABWIN/DATASUS no mês de atendimento, e confirmadas as inconsistências. A CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para apresentação de justificativa, o fiscal avaliará a justificativa, debitado ou não posteriormente em nota fiscal do mês seguinte de competência.
- 13.20** Os técnicos de Faturamento do setor de Controle e Avaliação/SEMSA deverão promover capacitação e/ou atualização da CONTRATADA quanto ao uso e correto preenchimento e envio das informações em sistema BPA (Boletim de Produção Ambulatorial) e quaisquer outras intercorrências nesse sentido;
- 13.21** Os Técnicos do setor de Informática/SEMSA deverão promover capacitação quanto ao uso do sistema de Informação para todos os profissionais da CONTRATADA;
- 13.22** A rede própria municipal de saúde (Estabelecimento de saúde próprio) deverá atualizar os dados dos usuários (endereço completo junto com o CEP; Cartão SUS e dados complementares) em sistema de informação municipal ou outros que vier substituí-lo.

14 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 14.1** Cumprir rigorosamente os prazos estipulados no contrato, como descrito no Termo de Referência.
- 14.2** Garantir a confidencialidade dos dados e informações do paciente.
- 14.3** Manter sempre a qualidade na prestação dos serviços executados.
- 14.4** Fica proibida a cobrança de qualquer quantia, a qualquer título, dos serviços prestados aos usuários do SUS, ficando a mesma responsabilizada por qualquer cobrança indevida.
- 14.5** A contratada deverá comunicar a contratante por e-mail, telefone ou outra forma de comunicação definida pelo gestor e fiscal do contrato, imediatamente, quaisquer intercorrências



que venham ocorrer em função da execução dos serviços e/ou que impeçam ou venham a impedir os serviços contratados.

14.6 Compete a Contratada admitir por conta própria, assumindo total responsabilidade, o pessoal necessário à execução do contrato, mantendo-se sob sua subordinação técnica administrativa e financeira, respondendo de forma inescusável pelos encargos sociais e obrigações de natureza fiscais e trabalhistas, decorrentes da execução do contrato.

14.7 Afastar imediatamente das dependências do serviço, qualquer empregado, por mais qualificado que seja, cuja presença venha a ser considerada inconveniente, promovendo sua imediata substituição.

14.8 Não empregar menor de dezoito anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e de acordo com o inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

14.9 A CONTRATADA é a única responsável pelo pagamento de encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes deste contrato, respondendo integral e exclusivamente em juízo ou fora dele, por tais obrigações, isentando a CONTRATANTE de quaisquer obrigações presentes e futuras.

14.10 Manter seus empregados devidamente uniformizados (com a logomarca do prestador) identificados por meio de crachá.

14.11 Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer dano material e moral causado pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, terceirizados, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à SEMSA/PMVV ou a terceiros.

14.12 Assegurar as condições necessárias ao acompanhamento, a supervisão, ao controle, a fiscalização e auditoria da execução do objeto contratado, permitindo o livre acesso dos servidores do Município, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos relacionados direta e indiretamente com a contratada, quanto ao desempenho das atividades.



- 14.13** Utilizar empregados habilitados com conhecimento dos serviços a serem executados em conformidade com as normas e legislação em vigor.
- 14.14** Responder por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento da obrigação constante do item anterior.
- 14.15** A contratada em caso de alterações de endereço do local de processamento, deverá comunicar previamente e por escrito a Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Vila Velha – ES.
- 14.16** O laboratório deverá cumprir as seguintes legislações e quaisquer outras atualizações realizadas pela ANVISA:
- 14.16.1 RESOLUÇÃO ANVISA Nº 978, DE 6 DE JUNHO DE 2025 que dispõe sobre o funcionamento de Serviços que executam as atividades relacionadas aos Exames de Análises Clínicas (EAC).
 - 14.16.2 RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 222, DE 28 DE MARÇO DE 2018 Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências.
 - 14.16.3 Resolução RDC/ANVISA Nº. 50/2002 que dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.
 - 14.16.4 Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2021 no art. 143, inciso v - arquivar os laudos e lâminas por, no mínimo, 5 (cinco) anos nos casos de exames negativos e 20 (vinte) anos nos casos de exames positivos.
- 14.17** É de inteira responsabilidade da contratada o fornecimento de recipiente para coleta de exames, recipiente com solução para acondicionamento do material de análise, conteúdo conservante, fixador spray para o citopatológico, medicamentos e outros materiais inerentes à análise laboratorial, sem ônus para a contratante.

- 14.18** A contratada deverá ter disponível a comprovação de manutenção preventiva periódica e corretiva dos equipamentos.
- 14.19** Apresentar os documentos de cobrança exigidos no edital, inclusive nota fiscal com a descrição completa dos procedimentos e quantitativos realizados mensalmente, enviando ao setor de Regulação, Controle e Avaliação – RCA/SEMSA, as requisições originais solicitadas pelos profissionais de saúde.
- 14.20** Manter em perfeito estado de asseio e conservação as áreas de trabalho, as instalações e os materiais utilizados na prestação do serviço, empregando-se produtos que atendam às normas técnicas de saúde vigentes.
- 14.21** Executar os serviços conforme proposto pela Contratante durante o prazo de vigência do contrato respeitando suas Cláusulas.
- 14.22** Responder por erro de qualquer natureza relativo aos métodos utilizados e resultados dos exames quer seja na esfera administrativa, civil ou penal.
- 14.23** Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados decorrentes do cumprimento deste Contrato.
- 14.24** Adotar fluxos, protocolos e sistemas informatizados quando implantado pela SEMSA/PMVV na execução do objeto deste contrato.
- 14.25** Todos os dados originados a partir de sistemas de empresas terceirizadas contratadas serão de propriedade da Prefeitura, mesmo em bancos de dados criados por estas outras empresas, desde que contenham informações pertinentes aos serviços ora contratados pelo Município de Vila Velha de acordo com o layout de dados a ser fornecido. Deverão ser consideradas as possibilidades de alteração deste layout e também da metodologia sempre que necessário sem ônus para a Contratante.
- 14.26** Fica a contratada responsável em viabilizar e integrar as soluções em conformidade com os modelos fornecidos e em parceria com a Coordenação de Tecnologia da Informação (TI/PMVV) da



PREFEITURA DE
VILA VELHA

Prefeitura de Vila Velha.

14.27 A CONTRATADA deverá apresentar à Contratante, até o 5º dia de cada mês, os serviços efetivamente prestados, através do Boletim de Produção Ambulatorial (BPA) por meio eletrônico (e-mail), para as referências técnicas de faturamento do setor de Controle e Avaliação/SEMSA e para a referência técnica de saúde da mulher na Coordenação de Programas de Saúde (CPS)/APS, contendo as informações geradas no Sistema de Informação oficial do Ministério da Saúde que deverá corresponder com o relatório de prestação de contas. Havendo inconsistências entre as informações os procedimentos serão glosados.

14.28 A contratante deverá realizar análise quanto aos procedimentos realizados e apresentados pela contratada, comparando com as informações geradas no Sistema de Informação oficial do MINISTÉRIO DA SAÚDE/DATASUS através da ferramenta TABWIN/DATASUS no mês de atendimento. Caso confirmada a inconsistência, a contratante notificará a contratada para apresentação de justificativa. Os fiscais avaliarão a justificativa, e se for o caso, encaminharão para avaliação do gestor e ordenador de pagamento, para débito posterior em nota fiscal do mês seguinte de competência.

14.29 Designar profissional com autonomia para deliberação e/ou atendimento à solicitação da contratante, quanto a tudo que se relacione à boa execução dos serviços contratados;

14.30 É de responsabilidade da CONTRATADA, manter absoluto sigilo sobre quaisquer documentos, informações ou dados dos pacientes que tiver conhecimento ou acesso em decorrência da execução do serviço;

14.31 A contratada deverá enviar todos os relatórios solicitados pela SEMSA, de Gestão e Epidemiológicos.

14.32 Garantir a entrega dos exames conforme os prazos estipulados.

14.33 Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, garantindo o mesmo padrão de acesso/recepção aos serviços disponibilizados, não discriminando a clientela do

SUS em relação aos clientes particulares ou de planos de saúde;

14.34 DA EXECUÇÃO

14.35 A contratada deverá executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer todos os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários e suficientes à prestação dos serviços estipulados neste contrato. A contratada deverá arcar com todos os custos inerentes à execução dos serviços objeto do contrato.

14.36 A listagem de exames contemplados nesta contratualização será aquela definida pelo Ministério da Saúde, por meio oficial do Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (TABELA SUS).

14.37 Os procedimentos previstos para esta contratualização pertencem ao **Grupo 02 – Procedimentos com Finalidade Diagnóstica, Subgrupo, 03 - Diagnóstico por anatomia patológica e citopatologia**, conforme detalhado no **Anexo I deste ETP**.

14.38 Ressaltamos que, caso o Ministério da Saúde atualize essa listagem, a versão oficial divulgada será a referência a ser seguida e aplicada nesta contratualização.

14.39 Os exames que serão realizados pelo prestador não terão a necessidade de autorização prévia do médico regulador da Secretaria Municipal de Saúde/VV.

14.40 A contratada não poderá optar pela realização de alguns exames em detrimento de outros, devendo realizar todos os exames previstos no contrato.

14.40.1.1 Para realização dos exames referentes ao colo do útero e de mama, é necessário apresentar à contratada os formulários de requisição, disponibilizados pelo **Sistema de Informação do Câncer – SISCAN** (Ministério da Saúde). (Referência planilha abaixo)

14.40.1.2 Para a realização dos exames de anatomopatológico a seguir, é necessário apresentar à contratada o Boletim de Produção Ambulatorial Individualizado (BPA-I)

que deve ser emitido pelos equipamentos do Sistema Único de Saúde, conforme estabelecido no SIGTAP - **Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS** (Ministério da Saúde).(Referência planilha abaixo)

14.41 Caso haja atualização, resultando na inclusão ou exclusão de exames obrigatórios para a apresentação do BPA-I, a contratada será informada pela contratante.

CODIGO	PROCEDIMENTO	INSTRUMENTO DE REGISTRO
0203020022	EXAME ANATOMO-PATOLÓGICO DO COLO UTERINO - PEÇA CIRÚRGICA	BPAI (Individualizado e formulário do SISCAN)
0203020030	EXAME ANATOMO-PATOLÓGICO PARA CONGELAMENTO / PARAFINA POR PEÇA CIRÚRGICA	BPAI (Individualizado)
0203020049	IMUNOHISTOQUIMICA DE NEOPLASIAS MALIGNAS (POR MARCADOR)	BPAI (Individualizado)
0203020081	EXAME ANATOMO-PATOLÓGICO DO COLO UTERINO - BIOPSIA	BPAI (Individualizado e FORMULÁRIO do SISCAN)
0203010019	EXAME CITOPATOLÓGICO CERVICO-VAGINAL/MICROFLORA	Registro no SISCAN
0203010086	EXAME CITOPATOLÓGICO CERVICO VAGINAL/MICROFLORA-RASTREAMENTO	Registro no SISCAN
0203010043	EXAME CITOPATOLÓGICO DE MAMA	FORMULÁRIO do SISCAN
0203020065	EXAME ANATOMOPATOLÓGICO DE MAMA - BIOPSIA	BPAI FORMULÁRIO
0203020073	EXAME ANATOMOPATOLÓGICO DE MAMA - PEÇA CIRÚRGICA	BPAI FORMULÁRIO

Fonte: SIGTAP MS e Sistema de Informação do Câncer – SISCAN (Ministério da Saúde).

14.42 DOS AGENDAMENTOS:

14.42.1 Os exames deverão ser agendados em sistema informatizado na rede própria municipal ou qualquer outro que venha a ser disponibilizado pela SEMSA/PMVV; ou por meio físico em caso de instabilidade da rede de internet da Prefeitura Municipal de Vila Velha.

14.42.2 A contratada deverá atender somente as requisições devidamente preenchidas (Identificação do estabelecimento de saúde solicitante, nome do paciente, sexo, idade, dados clínicos, justificativa, com letra legível, assinadas, carimbadas e datadas) por profissional habilitado.

14.42.3 Deverá estar anexada junto à requisição, a ficha de agendamento impressa dos exames agendados por usuário gerado por sistema da Secretaria Municipal de Saúde.

14.42.4 Deverão ser atendidos os munícipes de Vila Velha originados dos estabelecimentos de saúde próprios e conveniados do SUS.

15. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O objeto a ser licitado trata-se de contratação de serviços especializados em diagnóstico em anatomia patológica e citopatologia, itens essenciais e específicos para garantirem a oferta adequada de exames no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Vila Velha, conforme se depreende na justificativa acima mencionada.

Assim, para a presente aquisição, existem requisitos mínimos, tais como:

Prestação de serviços técnicos especializados de **diagnóstico em anatomia patológica e citopatologia**, conforme o Termo de Referência;

- a) Disponibilizar o fornecimento de material para coleta de exames em **Diagnóstico em Anatomia Patológica e Citopatologia**, recipiente e solução para acondicionamento de amostra para exames anatopatológico e fixador spray para o citopatológico e outros materiais inerentes, e deverão ser entregues nas Unidades de Saúde da rede própria sem ônus para a contratante;
- b) Possuir local com todos os recursos necessários para realizar o processamento dos exames, garantindo o devido transporte das amostras (e a entrega dos resultados em tempo hábil);
- c) Possuir equipamentos adequados dentro das normas e legislações;
- d) Possuir um Profissional Responsável de nível superior, para a coordenação de todas as atividades relacionadas ao processamento de exames, de acordo com competência profissional definida em legislação específica;
- e) Ter responsável técnico devidamente registrado no respectivo conselho de classe;

- f) Garantir que todas as etapas do processamento de exames sejam realizadas por profissionais para os quais estas atividades estejam regulamentadas pelos seus conselhos de classe;
- g) Disponibilizar todos os insumos necessários para a coleta, transporte, análise e emissão dos resultados;
- h) Recolher todo o material coletado, transporte e entrega dos respectivos resultados semanalmente nas unidades de saúde, exceto no Hospital Municipal de Cobilândia por ser um material diferenciado que deverá ser recolhido de acordo com a necessidade do hospital (ANEXO II).

15.1 DOS EXAMES/AMOSTRAS A SEREM ANALISADAS

- 15.1.1 As amostras e documentação referentes devem ser recolhidas semanalmente, em cada uma das unidades de saúde da rede própria do município e sempre que solicitado pela contratante.
- 15.1.2 A contratada deverá emitir para a unidade de saúde coletora, um protocolo de segurança de recolhimento das amostras dos exames, de forma nominal, para que seja possível a rastreabilidade do material sempre que solicitado pela contratante.
- 15.1.3 Os documentos obrigatórios para análise dos materiais biológicos (SISCAN/ BPAI), que não estejam acompanhados do material recolhido nas unidades coletoras, devem ser solicitados direta e imediatamente à unidade executante via e-mail institucional e telefone.
- 15.1.4 A contratada não deverá receber nenhum material biológico que não tenha sido encaminhado através das unidades coletoras da rede própria de saúde de Vila Velha – ES com a devida documentação.



PREFEITURA DE
VILA VELHA

15.1.5 A contratada será responsável por todas as amostras dos exames de Anatomia Patológica e Citopatológica, após recolhimento nas unidades da rede própria de saúde de Vila Velha – ES.

15.1.6 Todos os equipamentos e insumos necessários à execução do objeto deverão ser fornecidos pela contratada.

15.1.7 A contratada deverá fornecer e aplicar todos os insumos, materiais e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos necessários à execução dos serviços contratados, sejam eles industriais, de consumo e/ou descartáveis, os quais deverão ser de qualidade comprovada.

15.2 DOS RECURSOS HUMANOS:

15.2.1 A contratada deverá disponibilizar todos os recursos humanos necessários à execução do objeto.

15.2.2 A contratada deverá utilizar recursos humanos com as habilitações e qualificações para o exercício das atividades.

15.2.3 É de responsabilidade da contratada, manter o mínimo de recursos humanos necessários para realização dos procedimentos, no período de funcionamento do serviço, sendo, para a realização dos exames e assinatura dos laudos, exigidos os seguintes profissionais: Biólogo ou Biomédico ou Farmacêutico analista clínico ou médico patologista clínico/ medicina laboratorial, ou médico anatomopatologista.

15.2.4 A realização dos exames e a assinatura dos laudos de **ANATOMIA PATOLÓGICA** são de **responsabilidade do Médico anatomopatologista**.

15.2.5 A contratada deverá garantir o dimensionamento adequado de recursos humanos conforme a demanda a ser atendida, ressaltando que todo o recurso humano necessário para compor o serviço é de responsabilidade da contratada.

15.3 DOS RESULTADOS:

15.3.1 O prazo máximo para emissão e digitação dos laudos de exames citopatológicos e/ou histopatológicos não deve ultrapassar 30 dias, sujeito a penalidades em caso de descumprimento. O estabelecimento deste prazo está de acordo com a recomendação da NOTA TÉCNICA NEAE-GEPOAS/SASS/SESA/ES Nº 029-2022. O prazo máximo para entrega dos laudos de exames citopatológicos e/ou histopatológicos nas unidades coletoras, bem como da digitação dos mesmos no SISCAN, é de 30 dias a contar da data de recolhimento das amostras na unidade de saúde, devidamente protocolada.

15.3.2 Em caso de dúvida sobre o resultado do exame, a contratada deverá fazer novo processamento, quando requerido pelo profissional solicitante, sem ônus para a contratante.

15.3.3 Os laudos deverão ser emitidos conforme a RESOLUÇÃO ANVISA Nº 978, DE 6 DE JUNHO DE 2025, que dispõe sobre o funcionamento de serviços que executam as atividades relacionadas aos Exames de Análises Clínicas (EAC).

15.3.4 Deve ser garantido ao usuário ou a seu representante legal, a retirada do resultado de seus exames quando assim o desejarem, cabendo à CONTRATADA ser responsável pela guarda e elaboração do documento dessa entrega, a ser assinado pelo requisitante, o qual deve ser arquivado pela CONTRATADA.

15.3.5 É responsabilidade da contratada a entrega dos resultados de exames nas unidades coletoras da rede própria de saúde de Vila Velha –ES, na forma impressa, em envelope lacrado, com a logomarca do prestador e do município, sem ônus para contratante e quando solicitado, na forma eletrônica através do software utilizado pelo próprio laboratório, através de login e senha para acesso do usuário.

- 15.3.6 Toda a emissão de resultado de exames enviados impressos para as Unidades de Saúde será de total responsabilidade da contratada, incluindo papéis, envelopes, cartuchos e toners para impressoras, bem como a manutenção de todos os equipamentos de informática, sem ônus para a contratante.
- 15.3.7 Quando identificadas alterações nos laudos de citologia, os resultados devem ser enviados via e-mail institucional para a referência técnica municipal em saúde da mulher na Coordenação de Programas de Saúde (CPS/APS). Esse encaminhamento diferenciado é necessário para agilizar a triagem e o monitoramento dos casos que necessitam de atenção especializada.
- 15.3.8 Os demais resultados dos exames devem ser encaminhados impressos, dentro do prazo, para as unidades coletoras da rede própria de saúde de Vila Velha – ES.
- 15.3.9 É responsabilidade da contratante, vincular o prestador e disponibilizar acesso ao SISCAN para digitação dos laudos, bem como para cada unidade coletora ter acesso aos resultados na forma eletrônica.
- 15.3.10 A contratada deverá fornecer senha de acesso em sistema próprio, para visualização e impressão dos resultados aos profissionais da área técnica saúde da mulher/SEMSA ou outro setor da Secretaria de Saúde/SEMSA/PMVV à critério da contratante.
- 15.3.11 O prestador deverá emitir comprovante de entrega de resultado após a coleta realizada no posto de serviço.
- 15.3.12 O prazo máximo para emissão e digitação dos laudos de exames citopatológicos e/ou histopatológicos não deve ultrapassar 30 dias, sujeito a penalidades em caso de descumprimento. O estabelecimento deste prazo está de acordo com a recomendação da NOTA TÉCNICA NEAE-GEPORAS/SASS/SESA/ES Nº 029-2022. O prazo máximo para entrega dos laudos de exames citopatológicos e/ou histopatológicos nas unidades

coletoras, bem como da digitação dos mesmos no SISCAN, é de 30 dias a contar da data de recolhimento das amostras na unidade de saúde, devidamente protocolada.

15.4 DO ENVIO DE DADOS E RELATÓRIOS:

15.4.1 A Contratada deverá enviar mensalmente, o Relatório Sintético (planilha de quantitativo físico e financeiro realizado por estabelecimento de saúde) e Analítico (planilha nominal por procedimento por ordem sequencial com quantitativo físico e financeiro realizado por estabelecimento de saúde) ao setor de Coordenação de Programas de Saúde CPS/SEMSA por e-mail institucional.

15.4.2 A contratada deverá enviar mensalmente, os documentos fiscais solicitados pela contratante, necessários para avaliação, monitoramento e pagamento.

16. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

16.1 A SEMSA/PMVV deverá acompanhar e fiscalizar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de um representante especialmente designado, na forma do art. 7º, art. 117 da Lei nº 14.133/2021, art. 2 do § 2º, VIII, art. 12, e Seção II do Decreto Municipal Nº. 307/2023;

16.2 Deverá ser cumprida, ainda, a Portaria Conjunta SEMCONT – PGM Nº 01/2022, tendo em vista o Decreto nº 72 de 2020, que estabelece os procedimentos relativos à gestão e à fiscalização de contratos administrativos no âmbito da administração pública municipal;

16.3 Durante a vigência do contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada, pelos fiscais do contrato, devendo manter elevado padrão de qualidade dos serviços e frequente contato com o preposto da contratada, para solução de eventuais problemas e /ou esclarecimentos;

16.4 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no TERMO DE REFERÊNCIA;



- 16.5** A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 120 da Lei nº 14.133 de 2021;
- 16.6** As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal de contrato deverão ser solicitadas ao gestor do contrato, em tempo hábil, visando às medidas convenientes;
- 16.7** O gestor do contrato será o responsável pelos acompanhamentos e à fiscalização do contrato e adotará todas as providências necessárias, visando fiscalização dos procedimentos executados pelo Fiscal de contrato, referentes à regularização das ocorrências entre a contratada e a contratante que, por ventura, não forem sanadas pelo Fiscal do respectivo Contrato;
- 16.8** Compete ao fiscal do contrato o cumprimento do Decreto nº 72 de 14 de abril de 2020 que estabelece os procedimentos para gestão e fiscalização dos contratos administrativos firmados pelo município de Vila Velha;
- 16.9** Na ausência da figura do gestor do contrato, caberá ao setor requisitante da SEMSA, fazer a gestão do contrato.

17. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 17.1** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, por serviços efetivamente realizados e aceitos, de acordo com a medição efetuada pela fiscalização do Contratante, através de conta corrente da Contratada, no Banco por ela indicado, contados da data de execução dos serviços, constantes no verso da Nota Fiscal/Fatura, juntamente com o instrumento de autorização, com visto do funcionário competente, do setor de recebimento definitivo da mercadoria, ou da comprovação da prestação dos serviços.
- 17.2** O pagamento do objeto será efetuado por fechamento de mês até 30 (trinta) dias consecutivos após o termino do mês de referenciado objeto contratado e apresentação da(s) nota(s)

fiscal(is)/fatura(s), devidamente atestada(s) pelo órgão requisitante e/ou servidor (es) designados(s) para efetuar o recebimento do objeto em cada serviço de saúde.

17.3 Os pagamentos ficam condicionados à apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de Regularidade conjunta, referente aos Tributos Federais e à Dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil, de onde for sediada a empresa, devidamente válida;
- b) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa, devidamente válida;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa, devidamente válida;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública Municipal do Município de Vila Velha, devidamente válida;
- e) Certidão Negativa de débitos Trabalhistas;
- f) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

17.4 Ocorrendo erro(s) na apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s), a(s) mesma(s) será(ão) devolvida(s) à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento seja contado a partir da data da apresentação da(s) nova(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s).

17.5 Como se trata de entrega em parcelas, a fatura deverá ser apresentada no local de entrega descrito no subitem '**DO LOCAL DE ENTREGA**' deste Termo de Referência, após a entrega de cada item adquirido, juntamente com os comprovantes descritos no subitem anterior.

17.6 Não serão pagos o(s) material(is) entregue(s) em locais diferentes do mencionado neste Termo de Referência ou a pessoas não autorizadas.

17.7 O pagamento será devido apenas aos serviços/produtos efetivamente fornecidos pela CONTRATADA, conforme demanda da CONTRATANTE.

17.8 A não solicitação do total de serviços previstos durante a vigência do contrato não gerará quaisquer direitos à CONTRATADA.



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VILA VELHA
Atenção Especializada
SEMSA/PMVV

17.9 Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado no **subitem 17.1**, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

17.10 Para emissão da nota fiscal deverão ser considerados os seguintes dados do tomador: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Rua Castelo Branco, 1803, Centro, Vila Velha, CEP: 29.100-041, CNPJ 12.157.728/0001-00.**

18. DO PRAZO DE INÍCIO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO/DO LOCAL DO PRAZO DE INICIO DA EXECUÇÃO

18.1 DO PRAZO DE INÍCIO DA EXECUÇÃO

18.1.1 A prestação do serviço contratado terá início no dia subsequente ao da assinatura do contrato.

19. DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

19.1 O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses a partir do início da execução do objeto, que terá início no dia subsequente ao da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período conforme Art. 107 da Lei 14.133/21 e arts. 12, 13, 14, 146, 149 do Decreto Municipal 3.072/2023.

19.2 O contrato de serviços e fornecimentos contínuos poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, nos termos do art. 107 da Lei 14.133 de 2021.

19.3 Qualquer alteração ou modificação que importe na diminuição da capacidade operacional da CONTRATADA poderá ensejar a não prorrogação do contrato, a revisão das condições estipuladas ou a rescisão;

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 Deverá ser especificada posteriormente na minuta do edital.

21. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1 Deverá ser informada pelo Fundo Municipal de Saúde/SEMSA/PMVV.

22. DA SUBCONTRATAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

22.1 É vedada a subcontratação dos objetos deste Termo de Referência.

22.2 A participação de consórcios não será admitida. Tratando-se de serviço que se baseia em padrões de desempenho e qualidade comuns de mercado, havendo diversos fornecedores capazes de prestá-los, caracterizando-se, como “serviço comum”, que não configurará restrição da competitividade.

23. CONSIDERAÇÕES GERAIS

23.1 Este Termo de Referência deverá ser lido e interpretado na íntegra. Após o registro da proposta no sistema não serão aceitas alegações de desconhecimento.

23.2 As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.3 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e segurança da contratação.

23.4 O fornecimento dos serviços/produtos obedecerá às especificações contidas neste Termo de Referência, sendo os casos omissos resolvidos pela Prefeitura Municipal de Vila Velha.

23.5 O valor global não implica em previsão de crédito em favor da contratada, que somente fará jus aos valores dos serviços efetivamente prestados;



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VILA VELHA
Atenção Especializada
SEMSA/PMVV

23.6 O custo estimado da contratação e os respectivos valores de Referência foram apurados de acordo com a Tabela SUS;

23.7 Deverá ser parte do contrato este termo e seus anexos.

24. ANEXOS

24.1 ANEXO I - Lista dos exames diagnósticos em anatomia patológica e citopatologia;

24.2 ANEXO II – Todos os estabelecimentos que serão contemplados pelo contrato;

24.3 ANEXO III - Declaração de visita técnica.

25. ASSINATURAS E APROVAÇÕES

25.1 Elaborado por:

Assinado eletronicamente

Karinthia Herédia Brocco

Coordenadora de Controle e Avaliação

Matrícula: 10005841

Assinado eletronicamente

Jesselaine Cristina Soares Rocha

Gerente de Regulação, Auditoria,
Controle e Avaliação

Matrícula: 9961259

25.2 Aprovo e autorizo a autuação e tramitação deste processo:

Alessandra Barcelos

Subsecretária da Atenção Especializada

Cátia Cristina Vieira Lisboa

Secretária Municipal de Saúde



PREFEITURA DE
VILA VELHA

ANEXO I

EXAMES PERTENCENTES AO GRUPO 02 – PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA, SUBGRUPO 03 – EXAMES DIAGNÓSTICOS EM ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOPATOLOGIA, DESCRITOS NA TABELA COM VALORES UNITÁRIOS E TABELA SUS E ESTIMATIVA FÍSICA ANUAL DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS E OPM DO SUS

PROCEDIMENTOS REALIZADOS	VALOR UNITARIO TABELA SUS	TOTAL GLOBAL FÍSICO
0203020022 - EXAME ANATOMO-PATOLOGICO DO COLO UTERINO - PEÇA CIRURGICA	R\$ 61,77	13
0203020030 - EXAME ANATOMO-PATOLOGICO PARA CONGELAMENTO / PARAFINA POR PEÇA CIRURGICA OU POR BIOPSIA (EXCETO COL	R\$ 40,78	195
0203020049 - 9IMUNOHISTOQUIMICA DE NEOPLASIAS MALIGNAS (POR MARCADOR)	R\$ 131,52	16
0203020081 - EXAME ANATOMO-PATOLOGICO DO COLO UTERINO - BIOPSIA	R\$ 40,78	178
0203010019 - EXAME CITOPATOLOGICO CERVICO- VAGINAL/MICROFLORA	R\$ 13,72	3.455
0203010086 - EXAME CITOPATOLOGICO CERVICO VAGINAL/MICROFLORA-RASTREAMENTO	R\$ 14,37	16.386
0203010043 - EXAME CITOPATOLOGICO DE MAMA	R\$ 35,34	13
0203020065 - EXAME ANATOMOPATOLOGICO DE MAMA - BIOPSIA	R\$ 45,83	13
0203020073 - EXAME ANATOMOPATOLOGICO DE MAMA - PEÇA CIRURGICA	R\$ 61,77	13
TOTAL		20.282

Fonte: TABWIN/SEMSA-VV



PREFEITURA DE
VILA VELHA

ANEXO II

TODOS ESTABELECIMENTOS QUE SERÃO CONTEMPLADOS PELO CONTRATO

UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE	E-MAIL
USF JABURUNA	Av. Carlos Lindemberg, nº 330, ao lado do DPJ de Vila Velha, Jaburuna	(27) 99223-6046	ubs.jaburuna@vilavelha.es.gov.br
USF COQUEIRAL	Rua Itaibaia, s/nº, Coqueiral de Itaparica	(27) 99223-3114	us.coqueiralitaprica@vilavelha.es.gov.br
USF GAIVOTAS	Rua Cel. José Gabriel Marques Filho	(27) 992252159	usf.praiadegaivotas@vilavelha.es.gov.br
USF DIVINO ESP SANTO	Rua Feliz Guaitoline, nº 947, Divino Espírito Santo	(27) 99235-7394	usf.divinoespiritosanto@vilavelha.es.gov.br
Centro de Referência em IST/ Aids Hepatites Virais	Rua Castelo Branco, 1803, Centro - Vila Velha	(27) 99316-6550	crist@vilavelha.es.gov.br
Unidades de Cuidados Específicos	Rua Dom Jorge de Menezes, 1226, Prainha	(27) 99268-1649	adm.prainha@vilavelha.es.gov.br
USF ARAÇÁS	Rua Montevideo s/n - Araçás	(27) 99231-6522	usf.aracas@vilavelha.es.gov.br
USF IBES	Praça Assis Chateaubriand, s/n- Ibes	(27) 99227-1275	usf.ibes@vilavelha.es.gov.br
USF JD COLORADO	Rua da Saudade, s/n, Jardim Colorado	(27) 99224-5157	usf.jardimcolorado@vilavelha.es.gov.br
USF VILA NOVA	Avenida A, s/n, Vila Nova, em frente à praça de Vila Nova	(27) 99237-4122	usf.vilanova@vilavelha.es.gov.br
USF NOVO MÉXICO - em construção	Rua Cravo Branco, nº 01, Novo México		
USF VILA GARRIDO	Rua São Sebastião Gaiba, s/n, Vila Garrido	(27) 99316-3844	us.vilagarrido@vilavelha.es.gov.br
USF DOM JOÃO BATISTA	Rua Imperatriz Leopoldina, s/n, Dom João Batista	(27) 99825-1530	us.domjoabatista@vilavelha.es.gov.br
USF SANTA RITA	Rua Fernando Antônio de Silveira, s/n – Santa Rita	(27) 99226-4392	us.santarita@vilavelha.es.gov.br
USF PAUL	Tv. Antenor Fassarela, s/n - Paul	(27) 99223-7683	us.paul@vilavelha.es.gov.br
USF VILA BATISTA	Rua Leonardo, nº 76	(27) 99316-5549	us.vilabatista@vilavelha.es.gov.br

UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE	E-MAIL	IV
USF ATAÍDE	Rua Onze (Colina), nº 5, Ataíde	(27) 99316-4474	us.ataide@vilavelha.es.gov.br	
USF SÃO TORQUATO	Rua Pastor José Abraão, nº 23, Argolas	(27) 99226-7531	ubs.saotorquato@vilavelha.es.gov.br	
USF VALE ENCANTADO	Avenida São Gabriel da Palha, s/n, Vale Encantado	(27) 99233-8129	us.valeencantado@vilavelha.es.gov.br	
USF JARDIM MARILÂNDIA	Avenida Sobreiro, s/n – Jardim Marilândia	(27) 99225-8157	ubs.jardimmarilandia@vilavelha.es.gov.br	
USF RIO MARINHO	Esquina da Rua Guaraná com Avenida Papa João XXIII, s/nº, Rio Marinho		usriomarinho@vilavelha.es.gov.br	
HOSPITAL MUNICIPAL DE COBILÂNDIA	Rua Fluiopopolis, s/n — Cobilândia - Vila Velha – ES	(27) 98867-2561	hospcobilandia.saude@vilavelha.es.gov.br	
USF BARRAMARES	Avenida Califórnia, s/n, Barramares	(27)98826-9258	us.barramares@vilavelha.es.gov.br	
USF TERRA VERMELHA	Rua Alameda, nº 22, Terra Vermelha	(27) 99224-2115	usf.terravermelha@vilavelha.es.gov.br	
USF JABAETÉ	Rua Jamaica, Jabaeté	(27) 99255-2430	usf.jabaete@vilavelha.es.gov.br	
USF ULISSES GUIMARÃES	Rua Rui Barbosa, s/n, Ulisses Guimaraes	(27) 99269-1068	usf.ulissesguimaraes@vilavelha.es.gov.br	
USF BARRA DO JUCU	Rua Vasco Coutinho, s/n – antiga casa de cultura	(27) 99228-9504	usf.barradojucu@vilavelha.es.gov.br	
USF MORADA DA BARRA	Rua José do Patrocínio, Morada da Barra	(27) 99238-2213	usf.moradadabarra@vilavelha.es.gov.br	
USF PONTA DA FRUTA	Rua Carolina Cardoso, s/n, Ponta da Fruta	(27) 99312-8617	us.pontadafruta@vilavelha.es.gov.br	
USF RIVIERA DA BARRA - em construção	Estrada Ayrton Senna da Silva, s/nº, Barramares			
CENTRO MUNICIPAL DE ATENCAO SECUNDARIA MAIS SAUDE	R. Castelo Branco, 1803 - Olaria, Vila Velha - ES	(27) 99268-2879	cemasmaissaude@vilavelha.es.gov.br	
Obs. Deverão ser incluídas as novas Unidades de Saúde que vierem a ser inauguradas após a realização deste certame.				



PREFEITURA DE
VILA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VILA VELHA
Atenção Especializada
SEMSA/PMVV

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

EDITAL Nº *****

Declaramos para os devidos fins que a empresa _____, CNPJ _____, realizou visita técnica nos estabelecimentos de saúde **constant**es no **ANEXO II**, local e região onde serão executados os serviços referenciados no edital supramencionado, oportunidade em que tomou conhecimento de todas as informações necessárias e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da presente licitação.

Vila Velha, ____ de _____ de 2025

(Cargo e função do representante da SEMSA/PMVV que acompanhou a visita)